



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

91F = 9,9
DA

**PODER PÚBLICO, EXCLUSÃO SOCIAL E O
SURGIMENTO DO MODELO AGROEMPRESARIAL
PRIVADO NO VALE DO AÇU/RN
(1975-1990)**

Vander Adriani Pereira

Natal – 2002

2001.2

VANDER ADRIANI PEREIRA

**PODER PÚBLICO, EXCLUSÃO SOCIAL E O
SURGIMENTO DO MODELO AGROEMPRESARIAL
PRIVADO NO VALE DO AÇU/RN
(1975-1990)**

*Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, sob
orientação do Professor Dr. Aldenor
Gomes da Silva.*

Natal - 2002

Dedico à minha família, aos meus pais Antônio Pereira e Jacira Bucci, e à minha conselheira e irmã Tânia Mara Pereira.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, sinceramente, de prestar os seguintes agradecimentos:

À Gorete (DAE) pela atenção dispensada durante meu processo de transferência.

À Aurinete (Departamento de História) pela atenção e amizade.

Ao companheiro Jorginho (NEH) pela amizade e paciência.

Aos professores do curso pelo aprendizado do dia-a-dia.

Ao professor Dr. Aldenor Gomes da Silva pela orientação e a oportunidade de conhecimento.

À família Marques de Araújo, em Poço Branco, pela força, atenção, companheirismo e, sobretudo, a sinceridade.

Aos habitantes de Acauã, em Poço Branco, pela sinceridade, amizade e oportunidade.

À Ilana Lemos de Paiva e família pelo carinho e força.

À Roseane (biblioteca CCS) pela ajuda.

Aos inúmeros amigos do curso pela amizade e companheirismo.

Aos amigos Sérgio Adriano Cavalheiro, Emerson Inácio Cenzi, Francisco Pacheco, Márcia, Luciana, Roberto, e a todos que, pela força e amizade, contribuíram para a concretização de mais esta jornada.

À minha família, mais uma vez.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1	
1 - A ESTRATÉGIA AGRÍCOLA NACIONAL E O VALE DO AÇU/RN.....	9
1.1 - A agricultura nacional pós-1955, o Nordeste tradicional e a modernização conservadora.....	9
1.2 - O Vale do Açu/RN: sobrevivência e tradicionalismo.....	15
CAPÍTULO 2	
2 - A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO NO VALE DO AÇU/RN.....	19
2.1 - Projeto Baixo Açu: as dimensões de uma super infra estrutura.....	19
2.2 - O Poder Público e a expectativa de um novo modelo agrícola para o Vale do Açu.....	24
CAPÍTULO 3	
3 - VALE DO AÇU: EXCLUSÃO SOCIAL VERSUS MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.....	28
3.1 - Um processo forçosamente conduzido.....	28
3.2 - O surgimento e a consolidação do modelo agroempresarial privado no Vale do Açu.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
FONTES.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	46
ANEXOS.....	48

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1980, a microregião do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, foi palco de significativas mudanças no que toca ao seu sistema de produção agrícola. Tais mudanças deveram-se ao tipo de intervenção que o Estado conferiu àquele espaço, cujo resultado fez romper com um sistema de produção do tipo tradicional, baseado no fator de intermitência de culturas de subsistência e no extrativismo vegetal e mineral, onde o caráter das relações camponesas predominava em relação ao tipo de economia de mercado.

O tipo de intervenção teve a ver com o pacote de políticas públicas para o setor agrícola gestado nas décadas anteriores – sobretudo a década de 1970 -, ^{na qual} em que o Estado visava novos padrões para a produção agrícola nacional, com o aumento da produção e produtividade, novas linhas de crédito e financiamentos, emprego de tecnologias modernas e assistência técnica, tudo visando a uma vinculação campo/economia de mercado.

No ano de 1975 o Governo Federal definiu, para o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a estratégia de *Integração Nacional e Ocupação do Universo Brasileiro* com o objetivo de contribuir, significativamente, ^{para} com o aumento da produção mundial de alimentos, minerais e outras matérias primas. Desse modo, desenvolver-se-ia ^{em} programas especiais para o Trópico Semi-Árido, Trópico Úmido e Cerrados, através de núcleos e centros de pesquisa de nível internacional. O sucesso dos programas dependeria, entretanto, da aplicação da ciência, da tecnologia e da utilização racional de recursos naturais de cada região.¹

Portanto, foi de acordo com a estratégia de intervenção regional, ^{promovido} pelo Governo Federal, que o vale úmido do Baixo Açu, no Rio Grande do Norte, inseriu-se como candidato natural aos novos esquemas de produção agrícola para o mercado. O Vale do Açu, com suas extensas terras férteis e grande disponibilidade de recursos hídricos, encaixou-se perfeitamente dentro da lógica do novo modelo em que estava ancorando o Estado.

Sendo assim, em meados da década de 1970 o Vale do Açu foi alvo da intervenção do Estado através da implantação do Projeto de Irrigação Baixo Açu. Planejado de acordo com a nova política agrícola destinada ao Semi-Árido nordestino e, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o

¹ Cf. BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento, p.58-61, *passim*.

Projeto Baixo Açu teria por finalidade reverter as condições sócio-econômicas do universo rural do Vale do Açu através de um programa de irrigação pública, assentado em bases empresariais, e cujo objetivo primordial era contribuir para o aumento da produção agrícola e a melhoria do nível de vida das populações atingidas.

No entanto, durante a implementação e montagem da infra-estrutura do Projeto Baixo Açu, os objetivos de um programa de irrigação de caráter público não se cumpriram, dando lugar ao surgimento e consolidação de um modelo de produção privado, consubstanciado na instalação de grandes empresas agrícolas potencialmente capitalizadas, o que fez compatibilizar as metas do Estado em relação aos horizontes da produção em larga escala, por um lado, e o abandono da população atingida pelo projeto, de outro.

A esse respeito, em trabalho publicado em 1992, Ana Amélia Fernandes comentou:

... (o governo não teria dinheiro? Ou o governo não tinha interesse para uma intervenção de cunho mais social para os pequenos produtores da área?!) mas amedrontou, afugentou grande parte da população residente, abrindo as portas para o assédio de grupos empresariais que não produziam no Vale.²

E no ano de 1997, Lindaura Maria de Santana ⁽¹⁹⁹⁷⁾ também teceu o seguinte comentário sobre a penetração de empresas agrícolas no vale.

... é importante frisar que o projeto Baixo Açu foi financiado pelo Estado, que pretendia 'beneficiar' a população dessa região, visto que a mesma não dispunha de recursos hídricos para irrigação, além de 'promover' o assentamento de colonos. Esses aspectos seriam possíveis graças à existência de uma infra-estrutura possibilitada pela construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. No entanto, parece que os benefícios refletiram basicamente para os grandes produtores, pois dispendo de uma infra-estrutura 'ofertada' e proporcionada pelo Estado, instalaram-se nessa região várias empresas agropecuárias.³

De acordo com as opiniões dos ^{desse} autores citados, ao que tudo indica, o Poder Público favoreceu a grande iniciativa privada durante a implementação do Projeto Baixo Açu. Nesse sentido, o que pretendemos é a tentativa de justificar o que Ana Amélia

² FERNANDES, Ana Amélia. Autoritarismo e Resistência no Baixo Açu, p.35-36.

³ SANTANA, Lindaura Maria de. Produção, emprego e receita tributária, p.21-22.

nota de rodapé
apresenta o seguinte:

definição
Fernandes definiu como *processo forçosamente conduzido*⁴, ou seja, ~~demonstrar~~ que o Poder Público – através de procedimentos de exclusão –, conduziu o programa de acordo com o jogo de livre forças de mercado, beneficiando desta forma os interesses do grande capital.

para
das
Para tanto, fizemos necessário dividir nosso trabalho em três capítulos. Assim, ~~para~~ o primeiro capítulo abordamos, de modo geral, a conjuntura econômica e o quadro agrário nacional ~~de~~ pós-1955, bem como a estratégia governamental para a intervenção ~~do~~ universo agrícola do Nordeste na década de 1970. E, em seguida, caracterizamos a microrregião do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, para a devida compreensão do caráter socioeconômico que se transformaria com a implementação do Projeto Baixo Açu a partir de meados da década de 1970.

c.g.m.
No segundo capítulo, após historicizarmos ~~(sobre)~~ os estudos técnicos e econômicos empreendidos pelo Poder Público na microrregião do Vale do Açu, desde a década de 1930, procuramos caracterizar a infra-estrutura do projeto público de irrigação Baixo Açu, demonstrando, por conseguinte, a expectativa socioeconômica esperada pelo Poder Público com implementação das etapas de colonização e irrigação.

E, no terceiro e último capítulo, tentamos demonstrar como a conduta do Poder Público inviabilizou a concretização dos próprios objetivos em relação às etapas de irrigação de caráter público. ~~E~~, por fim, tratamos ~~(sobre)~~ do processo de entrada e consolidação dos grupos empresariais no Vale do Açu, caracterizando, de modo geral, algumas das primeiras empresas instaladas e seus novos esquemas de produção de mercado.

corte cronológico
Definimos como corte cronológico o intervalo entre os anos de 1975 a 1990. Isso porque, foi no decorrer deste período que se deu a intervenção governamental na microrregião do Vale do Açu através do projeto público de irrigação Baixo Açu, bem como o surgimento e consolidação de um novo modelo agrícola caracterizado por grandes grupos empresariais produtores de frutas tropicais irrigadas.

fontes e bibliografia
Nosso trabalho se apoiará em base bibliográfica e documental. Na bibliografia buscamos, através de leituras e fichamentos, acumular o máximo de informações de caráter geral e específico pertinentes à conjuntura econômica do pós-1955, às políticas públicas para o desenvolvimento agrícola nacional e do Nordeste – sobretudo da década de 1970 –, bem como às questões relacionadas com a conduta do Poder Público no tocante à

⁴ FERNANDES, Ana Amélia, *op. cit.*, p.35.

implementação do Projeto Baixo Açú. ^{e o mesmo} Quanto à base documental, utilizamos jornais – Diário de Natal, Tribuna do Norte, O Poti, A República e o Diário de Pernambuco -, documentos oficiais do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), relatórios mimeografados referente ^{ao} esforço acadêmico [?] etc., com os quais pudemos reforçar nossa base teórica.

Por fim, a título de esclarecimento, chamaremos de Poder Público não apenas o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – organismo este responsável pelo Projeto Baixo Açú -, como também outras instituições governamentais direta ou indiretamente envolvidas tais como Ministério do Interior, Governo do Estado do Rio Grande do Norte –através das secretarias de Agricultura e do Trabalho e Bem Estar Social -, Imprensa Oficial, A República, entre outras.

podia ter
colocado
em nota
após a la-
menção
no texto

poter público!

CAPÍTULO 1 :

1.1 A ESTRATÉGIA AGRÍCOLA NACIONAL E O VALE DO AÇU/RN.

1.1 - A agricultura nacional pós-1955, o Nordeste tradicional e a modernização conservadora.

As ações políticas de desenvolvimento agrícola nacional não foram imutáveis no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970. Elas dependeram ora das deficiências da economia e estrutura interna nacional – tecnologia, infra-estrutura, tradicionalismo político, dívida pública interna e externa etc – ora da vulnerabilidade frente ao esquema econômico internacional. Na verdade, o pacote de políticas públicas de que o Estado dispôs para intervir na agricultura dependeu do fôlego do sistema financeiro externo a que estava inserido. Tal atrelamento explica-se pela opção de projeto econômico feito no pós-1955, caracterizado pela internacionalização da economia e pelo rompimento com o tipo de desenvolvimento nacional autônomo⁵.

A nova perspectiva econômica que se abriu na segunda metade da década de 1950 é bem explicado por Sônia Regina de Mendonça. Neste período, os centros capitalistas, após a reconstrução do pós-guerra, buscavam novas alternativas para a exportação de capitais, encontrando na América Latina um destino conveniente⁶. O modelo superaria, portanto, o tipo de economia restringida às divisas obtidas através da agro-exportação e redistribuição de tributos. Passaria a admitir vultosas somas de capital estrangeiro tanto quanto permitiria a instalação de multinacionais, subordinando o capital privado nacional bem como dinamizando setores de interesses (indústrias de veículos ^{em} exemplo) e estagnando setores nacionais.

A meta promissora do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), *cinquenta anos em cinco*, de fato promoveu substancial crescimento em setores estratégicos como energia, minérios e combustíveis. Além disso, consolidou uma modernização definitiva nos ramos de comunicação, transportes e metalurgia. No entanto, sob este novo padrão

⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente, p.334.

⁶ *Ibid.*, p.334.

econômico brasileiro surgiram novas contradições como a concentração de tecnologia por empresas multinacionais, causando um atrofiamiento no sistema industrial nacional⁷.

O crescimento acelerado consubstanciado pela abertura econômica ao mercado de capitais e investimentos estrangeiros promoveu uma contradição entre os setores da economia. Enquanto o setor urbano-industrial consolidou-se como o mais dinâmico em decorrência da busca pela substituição de importações, o quadro agrícola permaneceu em seu tradicionalismo. Wenceslau Gonçalves Neto [em seu livro Estado e Agricultura no Brasil] comentou o atrofiamiento deste período histórico do setor rural brasileiro citando que:

...o setor agrário permanece nas mesmas condições tradicionais e, em razão do crescente processo de urbanização, da necessidade de crescimento de mercado interno, etc., vai-se transformando, também, num dos elementos determinantes da crise econômica do período. Este setor permanece, na verdade, relativamente marginalizado no Plano de Metas e o seu desempenho acridamente criticado por diversas correntes, o que serviu também, como combustível para grande parte da discussão em torno da necessidade de uma reforma agrária, deflagrada no início da década de 60⁸.

Com o sistema econômico abalado, mas já bem entrelaçado aos interesses cênicos internacionais pelas condições impostas pelo tipo de financiamento do setor urbano-industrial, estabelecido no Plano de Metas⁹, a década de 1960 se abre aos horizontes de um governo do tipo centralista, autoritário e modernizante. Pouco antes de 1964, ano em que um golpe militar toma as rédeas do poder, a economia e a política já demonstravam sinais de esgotamento, herdado de um projeto desenfreado de desenvolvimentismo e exacerbações populares. ^{outra} Face de contradições que compunha problemas de toda ordem: concentração de capitais e tecnologia em mãos estrangeiras; crise de pagamentos face às importações; processo inflacionário crescente; pressões populares por aumento de salários e reforma agrária; crise de abastecimento provocado pelo tradicionalismo do setor agrícola, dentre outros.

⁷ *Ibid.*, p.336.

⁸ NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e agricultura no Brasil, p.29-30.

⁹ O Plano de Metas estabelecido no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), rompeu com o tipo de política econômica típica do varguismo (industrialização restringida, segundo a própria autora) objetivando uma nova estratégia industrial baseada na produção de bens de consumo duráveis e na internacionalização da economia através da articulação da empresa multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública. Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de, *op. cit.*, p.276.

De qualquer forma, a solução da crise dependeria de um novo projeto que não só tornasse mais dinâmico o setor industrial - como forma de superar o próprio esgotamento - mas que também desse novos rumos ao setor agrário como auxílio à superação da demanda do mercado interno. Nesse sentido, Wenceslau Neto ^{daí} comentou que:

O argumento central era que a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano-industrial: com a produção calcada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, não se conseguiam ganhos de produtividade que respondesse às necessidades da indústria em expansão¹⁰.

A modernização do campo tornou-se, nos anos 60, um dos principais fatores para a superação do esgotamento da indústria e o crescimento do mercado interno. Este setor seria responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios de que a força de trabalho urbana necessitava; deveria tornar-se também consumidora dos produtos industriais através do assalariamento - com o rompimento das típicas relações de trabalho tradicionais; e, é claro, contribuir para a geração de divisas.

Em 1964, a nova linha autoritária de governo abraçou a causa da modernização do campo e estabeleceu perspectivas gigantescas. No entanto, a meta de transformação de uma agricultura tradicional e atrasada não dependia apenas da expansão de fronteiras agricultáveis. Era necessária a transformação dos elos da posse agrária, de investimentos em infra-estrutura (eletrificação rural, construção de estradas, construção de armazéns, barramento de rios para açudagem, etc), da utilização de modernas tecnologias (máquinas, implementos, insumos, defensivos, etc), de modo a superar o atraso do campo. Haveria também de combinar o aumento e o tipo de produção agrícola a cada região onde se fosse intervir.

O Nordeste do Brasil se apresentou como região candidata natural à nova perspectiva. Como zona de carência de produção agrícola, tornou-se prioritária em termos de políticas públicas no desenrolar dos governos pós-1964. Essa região com grande porção de terras semi-áridas¹¹ e ainda muito marcada pelo latifúndio de especulação imobiliária e

¹⁰ NETO, Wenceslau Gonçalves, *op. cit.*, p.53.

¹¹ As terras semi-áridas compõem um universo de 53% do total da área da região Nordeste, com precipitações que variam, para mais ou para menos, entre 300 mm e 800 mm anuais. Apresenta clima de duas estações bem definidas (uma seca ou de verão - onde chove muito pouco - e outra úmida ou de inverno),

relações de exploração, tornou-se alvo de diversas intervenções durante os primeiros governos militares (Castelo Branco e Costa e Silva) na década de 1960 e os ^{seus} sucessores da década de 1970 (Garrastazu Mé dici e ~~Orlando~~ ^{Ernesto} Geisel). Na verdade, o que ocorreu foi uma intensificação das ações e mudanças no tipo de intervenção¹².

De modo geral, o setor da agricultura no Nordeste foi interceptado por um tipo de progresso que até finais dos anos de 1970 pouco mudou suas características, tanto no que tange sua estrutura agrária quanto ao atendimento às necessidades populares do campo. Sendo assim, Otamar de Carvalho também entende que:

De sorte que no tocante ao setor agrário, a direção da ação do Estado, nos anos pós-64, se efetiva para orientar, incentivar e intervir diretamente para acelerar as formas capitalistas de produção e ao mesmo tempo solidificar os interesses comuns da burguesia e dos proprietários de terra, base da aliança que faz a revolução de 1964. Sem deixar de acenar, no plano jurídico, com uma reforma agrária, estabelecida pelo Estatuto da Terra, o Estado conduzirá o processo de modernização da agricultura mantendo inalterada a estrutura fundiária. É a modernização conservadora¹³.

Com o desenrolar dos sucessivos governos da ação golpista de 1964 o que se observa é um reforço das alianças entre poderes locais e regionais com o poder nacional. *Os objetivos foram os de aumento do trabalho e do capital das atividades agrícolas, maximizando ganhos políticos e econômicos de grupos modernizantes do Centro-Sul e internacionais, sem anulação ou rompimento definitivos com os grupos conservadores do Nordeste¹⁴.* Foi baseado neste esquema de abertura, incentivo e coordenação de grupos investidores que o governo lançou-se à política de 'desenvolvimento de forma integrada', abrindo um novo capítulo na história do Nordeste e suas zonas geoeconômicas¹⁵.

solos ondulados, rasos e muitas vezes pedregosos, erodidos e de baixa fertilidade (excetuando-se as áreas ao longo dos rios e chapadas). Cf. CARVALHO, Otamar de. A economia política do Nordeste, p.88.

¹² No período anterior a 1964, objetivando solucionar o problema da seca da Região Nordeste, o governo promoveu uma política de açudagem baseada na construção de reservatórios que mais promoveu o incremento das propriedades das oligarquias sertanejas do que a amenização do problema da falta d'água. Com os governos militares do pós-64, a meta era a de introduzir o setor agrícola nordestino na economia de mercado de gêneros alimentícios, investindo, portanto, volumosas somas de recursos destinados ao aproveitamento racional dos potenciais naturais através de infra-estrutura e programas de irrigação públicos.

¹³ CARVALHO, Abdias *apud* CARVALHO, Otamar de. Economia política do Nordeste, p.234.

¹⁴ CARVALHO, Otamar de, *op. cit.*, p.233-234.

¹⁵ As zonas geoeconômicas são as seguintes: Litoral e Mata; Agreste; Semi-Árido; Meio Norte; Manchas Fértis (serras úmidas e bacias de irrigação) e Cerrado. Cf. CARVALHO, Otamar de, *op. cit.*, p.79-81.

Durante a década de 1970 surgiram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) com o objetivo de elevar o Brasil a categoria de país desenvolvido, senão potência num espaço de uma geração. Esses planos caracterizaram-se pela sua abrangência e pretensão, de modo que todos os segmentos da sociedade atingissem índices satisfatórios de crescimento. Para o setor agrícola preconizava-se a expansão de fronteiras, a utilização de tecnologias apropriadas, emprego de assistência técnica, subsídios e financiamentos através de instituições governamentais, etc., visando a transformação do caráter tradicional da agricultura ^{para um} em base empresarial (agroindústrias), com capacidade de competitividade junto ao mercado externo e com esperada margem de crescimento estimada em 7% ao ano¹⁶.

No ^I primeiro PND (1972-1974), sobre a intenção do governo para a 'estratégia agrícola' dirigida ao Nordeste, encontramos no item II a seguinte definição:

II – Na área do Programa de Integração Nacional: 1) transformar a agricultura do Nordeste, na forma do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), tornando viável – econômica, social e politicamente – o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, para mudar em economia de mercado a sua agricultura tradicional, com a racionalização da estrutura agrária e a introdução de nova tecnologia em suas culturas básicas; e ainda desenvolver o Programa de Irrigação do Nordeste; 2) expandir a fronteira agrícola, para incorporar os vales úmidos do Nordeste¹⁷. (grifo nosso)

Em linhas gerais, essa será a política de intervenção que o Estado adotará na abordagem do setor agrícola nordestino na primeira metade da década de 1970, sendo que o II PND (1975-1979) reforçará a tendência do primeiro no sentido global de *efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados*¹⁸. E no tocante à região Nordeste *reduzir o hiato econômico em relação ao resto do País, devendo a região crescer a taxas superiores a 10% ao ano*¹⁹. O objetivo estabelecido para o setor agrícola era o desenvolvimento da agroindústria; a transformação em economia de mercado; programa de irrigação; reforma agrária e colonização; programa para a pecuária, etc.

¹⁶ BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74, p.24.

¹⁷ *ibid.*, p.24.

¹⁸ *id.*, II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979), p.41.

¹⁹ *ibid.*, p.61.

O Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, inseriu-se, portanto, no contexto das políticas de desenvolvimento agrícola da década de 1970. O potencial do vale traduzido pela disponibilidade de terras férteis e viabilidade de infra-estrutura hidráulica encaixou-se perfeitamente no modelo de política em que o Estado ancorou-se.

No entanto, antes de tratarmos sobre o tipo de intervenção promovida pelo Poder Público na região do Vale do Açu, convém caracterizarmos o ecossistema e a socioeconomia da região para o devido entendimento do nível de transformação que ocorreria com o surgimento de um novo modelo de produção.

1.2 - O Vale do Açu/RN: sobrevivência e tradicionalismo.

Dentre as microrregiões que compõem o Rio Grande do Norte²⁰, o Vale do Açu foi, sem dúvida, uma das que mais se destacou na história agropecuária e extrativa do Estado. Isso porque o Vale do Açu ~~compõe-se de~~ ^{está} uma geografia peculiar em relação ao conjunto semi-árido²¹ ao qual está inserido. Trata-se de uma planície banhada pelo rio Açu²² que se estende desde o município de Jucurutu, ao sul, passando por mais sete municípios (São Rafael, Açu, Ipanguaçu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Pendências e Macau) até chegar no oceano, já no litoral norte do Estado.

Ao longo de sua extensão o vale era caracterizado – em sua maioria - por extensas várzeas de solos muito ricos (aluvionais eutróficos)²³, grande potencial hídrico representado por inúmeras lagoas e grande disponibilidade de recursos naturais de caráter extrativo mineral e vegetal (minério de sheelita, mármore e matas de carnaubais são alguns exemplos)²⁴. Essas riquezas possibilitaram, ao longo de décadas, a formação de um universo bastante peculiar, caracterizado, sobretudo, pelo atraso e tradicionalismo.

O estudo do conjunto socioeconômico e agrário do Vale do Açu na década de 1970 revela um meio agrícola caracterizado por pouco desenvolvimento tecnológico, relações de exploração, além de uma elevada concentração de terras nas mãos de poucos proprietários²⁵. Predominava uma maioria de pequenos agricultores camponeses, arrendatários, parceiros e agregados cujo sustento extraíam do cultivo de subsistência e em atividades complementares, sobretudo do extrativismo vegetal e mineral.

Ao longo do Rio Açu os pequenos produtores agrícolas desenvolviam suas atividades aproveitando as vazantes no leito do rio e os terrenos das várzeas nas margens. Nesses terrenos plantavam milho, feijão de corda, batata-doce, jerimum, etc., culturas essas

²⁰ São as seguintes as micro-regiões : Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Chapada do Apodi, Mossoró, Médio Oeste, Vale do Açu, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana, Angicos, Macau, Borborema Potiguar, Baixa Verde, Agreste Potiguar, Litoral Nordeste, Macaíba, Litoral Sul e Natal. (Veja anexos mapa 1) cf.

²¹ O conjunto semi-árido em questão representa 92% do território total do Estado do Rio Grande do Norte. Cf. VALÊNCIO, Norma Felicidade. Grandes projetos hídricos no Nordeste, p.17. (Veja anexos mapa 2)

²² Veja foto 1 em anexos.

²³ Veja anexos mapa 3.

²⁴ As Palmeiras de carnaúba são encontradas ao longo das várzeas do Rio Açu; quanto aos minérios de sheelita e mármore, são encontrados nos municípios de Jucurutu e São Rafael, respectivamente. Cf. SANTOS, Paulo Pereira de. Evolução econômica do RN, p.183-185. (Veja anexos mapas 4 e 5)

²⁵ Sobre a concentração de terras no Baixo Açu indicamos a leitura de MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Estado, terra e seca: a concentração fundiária no Baixo Açu, In: A PROBLEMÁTICA DA SECA NO RN. Natal, UFRN. P.27-30. (Col. Sala de Aula, 21).

que serviam de alimentação básica. O trabalho era feito pelos membros da família, com utilização de ferramentas tradicionais – enxada, enxadeco, capinadeira de tração animal, dentre outros²⁶ – e dependia das suscetibilidades climáticas, sobretudo das chuvas.

Fora das épocas de manejo nas vazantes e do plantio nas várzeas, os camponeses do vale apelavam para outras atividades²⁷ a fim de garantir o sustento de suas famílias. Alguns partiam para a atividade de extração nas matas de carnaubais – para a produção da cera de carnaúba -, enquanto outros se empenhavam na extração mineral do sal, do minério de sheelita e do mármore, além de outras atividades. Sobre esse assunto, Norma Felicidade Valêncio ^{afirma} comentou que:

A tentativa de resistência dos camponeses ao assalariamento e ao trabalho urbano fê-los revezarem-se na pesca, agricultura, extração vegetal, garimpo e salinas como forma de manter sua identidade com o lugar, construindo sua história a partir dos recursos naturais ali disponíveis²⁸.

No Plano de Ação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte dos anos de 1976 a 1979, podemos destacar as seguintes referências sobre as atividades complementares: a) Sobre a extração vegetal nos carnaubais: ~>



A cera de carnaúba é a principal atividade da produção extrativa vegetal, estando a produção concentrada em alguns municípios das várzeas do Açú e do Apodi, muito embora a atividade não seja fundamental para a economia destes municípios. A produção destina-se ao mercado internacional. Regionalmente exerce, além disso, uma função de extensão do período de trabalho intensivo da população²⁹. (grifo nosso)

b) Sobre a extração mineral:

O ramo da Indústria Extrativa Mineral é constituído fundamentalmente pela extração do sal marinho e xilita (minério de tungstênio) realizada em condições tecnológicas modernas através dos quais são alcançados índices satisfatórios de produtividade, embora à custa do desemprego de vultosa mão-de-

²⁶ VARGAS, Nazira Abib Oliveira. História que o povo conta, p.146.

²⁷ Encontramos o seguinte calendário sobre as atividades: jan/fev (pecuária); mar/abr (plantio de feijão e milho); jun/jul (colheita do feijão e milho); agosto (colheita do milho seco); set/dez (extração da carnaúba); janeiro (extração do sal). VALÊNCIO, Norma Felicidade. Grandes projetos hídricos no Nordeste, p.62.

²⁸ *ibid.*, p.64.

²⁹ RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Plano de Ação do Governo (1976-1979), p.78.

obra que normalmente não encontra novas colocações.³⁰ (grifo nosso)

Quanto às médias e grandes propriedades, estas se caracterizavam pela concentração da grande maioria das terras e possuíam maiores disponibilidades de recursos naturais. Portanto, eram responsáveis pela produção de mercado – carne (devido à pecuária extensiva), algodão para a indústria têxtil, cera de carnaúba para exportação, minério de sheelita, entre outros – e isso conferia aos grandes proprietários poder econômico e político, muito embora, vale lembrar, se caracterizasse por um universo bastante tradicional e atrasado.

No entanto, a produção da cera de carnaúba, o cultivo do algodão e a exploração do minério de sheelita, como produtos de importância socioeconômica para o vale, entrariam em decadência no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Sendo assim, com referência à cera de carnaúba, Paulo Pereira dos Santos menciona que *a expansão da indústria de gravação nos Estados Unidos, colocou-a como produto importante na pauta de exportações brasileiras, isto até 1960, quando surgiu a concorrência dos produtos sintéticos, seus sucedâneos*³¹. E sobre o minério de sheelita o mesmo autor informa que:

*Em 1981, a sheelita estava em crise, o desestímulo à pesquisa e a fixação de cotas para a exportação foram, entre outras, as causas dessa situação granosa que prejudicou sensivelmente as empresas mineradoras do Estado do Rio Grande do Norte*³².

Quanto ao algodão, mesmo depois da experiência do cultivo irrigado por empresas agrícolas, este produto entraria em crise, como explicou Lindaura Maria de Santana:

*A Finobrasa foi instalada no Vale do Açu em 1985, com uma área total de 5.400 ha e 930 ha de área irrigada. Inicialmente o projeto foi montado para cultivar algodão, irrigado por aspersão, mas no final da década de 80, a cultura entrou em declínio devido a praga do bicudo, tornando-se mais barato importar do que produzir na região*³³.

³⁰ *ibid.*, p.79.

³¹ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do RN*, p.150.

³² *ibid.*, p.185.

³³ SANTANA, Lindaura Maria de, *op. cit.*, p.61.

De modo geral, a produção agropecuária bem como os recursos naturais do Vale do Açu tiveram grande representação dentro da porção total do Estado, isso é claro, até finais da década de 1980. No lugar, se firmaria ^{peça ou piso} um novo empreendimento que suplantaria economicamente a importância deixada: a fruticultura irrigada.

Como veremos, devido ao delineamento de uma nova política agrícola nacional mais agressiva, baseada no critério da agroindustrialização do campo, o modo de produção tradicional e atrasado do Vale do Açu não apenas seria ^{interrompido} interceptado, como também ficaria de vez superado. Por outro lado, o surgimento da fruticultura irrigada – proporcionado pela penetração de empresas agrícolas no Vale do Açu -, obedeceria ao jogo de forças do mercado, cujo papel do Estado foi o de garantir os benefícios nos quais os grandes grupos se apoiariam para realizar seus empreendimentos. A infra-estrutura do projeto público de irrigação Baixo Açu, como se verá a seguir, foi um desses benefícios, norteado pelos objetivos do Estado representado pelas suas instituições.

CAPÍTULO 2

2. A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO NO VALE DO AÇU/RN.

2.1 - Projeto Baixo Açú: as dimensões de uma super infra-estrutura.

É interessante notar que o Vale do Baixo Açú desde as primeiras décadas do século XX foi palco de diversos estudos sobre suas potencialidades agrícolas. Talvez os estudos mais antigos a respeito das potencialidades de irrigação do vale tenham partido de um inglês chamado Roderic Crandall, cujos trabalhos remontam a 1910, e que, conforme seus resultados, considerou possível uma área de cerca de 50.000 ha (cinquenta mil hectares) com probabilidade de irrigação.³⁴

Os estudos de Crandall – que por sinal foram bastante promissores se comparados aos posteriores – no entanto, revelaram mais que números. Valendo-se deles, o estudioso Joaquim Ignácio de Carvalho Filho deixa bastante claro um desejo já antigo de transformar o Vale do Açú em uma região de grande potencialidade agrícola:

*... compreenderia, logo, diante do estupendo panorama, que aquela é uma região que o homem deve trabalhar com persistência e amor, na certeza da transformação de um solo já hoje espontaneamente pródigo e rico em um solo mais produtivo ainda, pela intervenção da inteligência...*³⁵

Por sua vez, o Poder Público iniciou investigações no Vale do Baixo Açú ao final da década de 1930, quando promoveu estudos voltados para a implementação de uma barragem com a função de fornecer água para irrigação. No entanto, tratava-se ainda da velha estratégia de armazenamento d'água (solução hidráulica) como vinha sendo feito até então.

No ano de 1939, sob a responsabilidade da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)³⁶, vários locais foram escolhidos e posteriormente abandonados em função

³⁴ Cf. O SONHO de Felipe Guerra, Eloy de Souza e Joaquim Ignácio será uma realidade com o projeto Baixo Açú. Tribuna do Norte, 14 out. 1979. Não paginado.

³⁵ *ibid.*

³⁶ A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas tem sua origem na entidade denominada Comissão de Açudes, criada pelo governo na década de 1870, e que cuja função era a de combater o grave problema das secas. Em 1909 transformou-se na Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e, dez anos mais tarde, em 1919, na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). No ano de 1945, passou a se chamar

de problemas de fundação e das áreas a serem inundadas pela bacia hídrica.³⁷ Finalmente, decidiu-se pelo local denominado ~~de~~ Barra de Oiticica, ~~local este~~ escolhido por uma série de vantagens tais como de boas fundações em lage, melhor aproveitamento da bacia de irrigação, menor indenização em função de desapropriações, dentre outras.³⁸

No entanto, somente no início da década de 1950 as obras de construção de algumas das instalações necessárias para a implementação do projeto foram começadas. Ao mesmo tempo, sob responsabilidade do Instituto José Augusto Trindade (do DNOCS), vinha a público um estudo de caráter agrológico e econômico sobre o Vale do Açu, cujo resultado designava 34.000 ha (trinta e quatro mil hectares) a serem aproveitados, mas que, posteriormente, fora corrigido pelo estudioso Guimarães Duque que reduziu tal probabilidade para 12.000 ha (doze mil hectares), justificando a dificuldade de irrigação da outra parte em função da presença de matas de carnaubais dentro da área anteriormente prevista.³⁹

De qualquer forma, em março de 1954 as obras iniciadas em 1951 tiveram de ser paralizadas por falta de verbas, o que, conseqüentemente, inviabilizou o cumprimento do Decreto 36.370 de outubro daquele mesmo ano que declarava de utilidade pública uma área de 143.062.500 m² (cento e quarenta e três milhões, sessenta e dois mil e quinhentos metros quadrados) para fins de construção de um grande açude público destinado ao fornecimento de água para irrigação. Frustrava-se, portanto, não apenas os estudos acumulados até aquela década, como também uma importante tentativa de transformação econômica do Vale do Açu.

Novos estudos para a implementação de um programa de irrigação no Baixo Açu foram retomados somente no início da década de 1960, quando técnicos norte-americanos do United States Bureau of Reclamation (USBR)⁴⁰ promoveram estudos de viabilidade

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), transformando-se em autarquia em 1963 e vinculando ao Ministério de Interior (MINTER) em 1967.

Dentre as responsabilidades da entidade, estão as de promover, realizar e participar de trabalhos visando ao aproveitamento e utilização de recursos hídricos, construção de vias de acesso, perfuração de poços, construção de grandes e pequenos reservatórios d'água, dentre outras.

³⁷ Ao todo foram seis os locais pesquisados para um possível barramento: Caixa de Guerra (atual ponte sobre o rio Açu na BR 304); Boqueirão do 14 (município de São Rafael); Barro Branco (também em São Rafael); Divisa (município de Jucurutu); Barra de Oiticica (entre Jucurutu e Barra de Santana); e Cais (acima do município de Jucurutu). Cf. ARANHA, Tereza. Projeto Baixo Açu: desenvolvimento para quem?, p.2.

³⁸ Cf. BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas/IFOCS: Sistema de açudagem do Baixo-Assu. Não paginado.

³⁹ ARANHA, Tereza, *op. cit.*, p.4-5.

⁴⁰ Departamento de Reclamação dos Estados Unidos.

econômica, cujo relatório intitulado *Piranhas River Basin Study*⁴¹, identificou um potencial de 27.000 ha (vinte e sete mil hectares) para um programa de irrigação. Estes relatórios foram apresentados à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ao Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS).⁴²

Ainda na mesma década de 1960, outras investigações foram concluídas, desta vez sob a responsabilidade da firma Hidroservice.⁴³ Foram também apresentados a SUDENE e ao DNOCS resultados preliminares de reconhecimento relacionados à bacia do rio Piranhas e que, de novo, somente oferecia a possibilidade de um eixo alternativo para a barragem a ser construída. E quanto ao aproveitamento da potencialidade de solos irrigáveis, os estudos da Hidroservice não apontaram – senão as mesmas da missão americana do USBR – outras dimensões a serem irrigadas.⁴⁴

Até o final dos anos de 1960, haviam-se acumulado numerosas informações capazes de fornecer dados suficientes a um possível projeto de irrigação no Vale do Açu: qualidade de solos, capacidade de recursos hídricos, disponibilidade de terras para irrigação, dentre outras. No entanto, seria na década de 1970 que os planos de interferência do Poder Público no vale tomariam vulto embalados pelo fôlego do *Brasil Grande*, vale lembrar, dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Em 1972, com os resultados dos estudos finais de campo (estudos de viabilidade técnico-econômica) realizados pela SERETE S/A Engenharia⁴⁵, o Poder Público – através da 3ª Diretoria Regional do DNOCS em Recife – resolve, por vez, dar cabo de um empreendimento que se revelaria tão grande quanto os problemas de ordem social, político e econômico que o Vale do Açu iria enfrentar: o Projeto Baixo Açu.

Este projeto representou um divisor de águas na história do Vale. Isso porque significou uma mudança radical em toda a estrutura social, política e econômica na esfera daquela região em função das suas dimensões estruturais e dos novos esquemas da posse de terras e produção agrícola mobilizados no decorrer daquela década de 1970, e, posteriormente, na de 1980. Com a divulgação oficial do Decreto 76.046, de julho de 1975,

⁴¹ Estudo da Bacia do Rio Piranhas.

⁴² Cf. BRASIL. Minter/DNOCS: Projeto de Irrigação Baixo Açu. Não paginado.

⁴³ Trata-se de uma empresa de São Paulo que a partir de 1967 prestou serviços de consultorias ao DNOCS sobre solos, clima, águas superficiais, bem como dos efeitos e conseqüências da implantação do projeto Baixo Açu e seus problemas psico-sociais.

⁴⁴ Cf. BRASIL. Minter/DNOCS: Projeto de Irrigação Baixo Açu. Não paginado.

⁴⁵ O consórcio constituído pelas firmas SERETE S/A Engenharia e DUNLAP and Associates Inc., foi responsável por estudos de viabilidade técnico-econômica no Vale do Açu, encomendado pelo DNOCS nos anos de 1972 e 1973.

ficou o DNOCS responsável pela desapropriação de uma área de aproximadamente 158.476,84 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares) para a construção de uma bacia de inundação, bem como para a implementação de um projeto público de irrigação, cujo interesse maior era atender as populações do Vale do Açu, segundo o próprio DNOCS:

Deve-se concluir portanto, que o Projeto de Irrigação do Baixo Açu, além de viável técnica e economicamente, é justificável e até aconselhável sob o ponto de vista social pois provocará uma mudança radical nas condições de vida da população rural da região, que vive em condições sabidamente miseráveis, transformando-a em uma poderosa classe média rural com condições de vida saudável e feliz⁴⁶.

Do total das terras desapropriadas, 67.036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) foi destinado à bacia de inundação, e, deste total, 40.000 ha (quarenta mil hectares) para a bacia hidráulica, atingindo com este montante os municípios de Jucurutu, Santana do Matos, São Rafael, Ipanguaçu, Açu, Paraú e Janduí. E no que toca a bacia de irrigação, seriam desapropriados 91.440,84 ha (noventa e um mil quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares), sendo que deste total 22.000 ha (vinte e dois mil hectares) destinaria-se ao projeto de irrigação.⁴⁷

Em sua implantação, o Projeto Baixo Açu cumpriria um conjunto de três fases distintas, porém ligadas simultaneamente: na primeira fase seria construída uma barragem cuja função era a de fornecer água às etapas de irrigação à jusante da mesma (esta barragem teria uma capacidade de acumulação de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água com a denominação de Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves)⁴⁸; na fase seguinte, haveria o assentamento da população atingida pela ação desapropriatória à montante da barragem (a população teria como alternativa de sobrevivência e exploração um pólo de pesca); e, na terceira e última fase, ocorreria o assentamento dos irrigantes nos 22.000 ha (vinte e dois mil hectares) de aluviões à jusante da barragem.⁴⁹

Na última fase mencionada acima, vale acrescentar, haveria três etapas a serem cumpridas. Assim, a primeira etapa beneficiaria 1550 (mil quinhentos e cinquenta) colonos

⁴⁶ BRASIL. Minter/DNOCS. Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo Açu. Não paginado.

⁴⁷ FERNANDES, Ana Amélia, *op. cit.*, p.48.

⁴⁸ O nome foi uma homenagem prestada a um importante engenheiro do DNOCS falecido no ano de 1972. (Veja anexos foto 2)

⁴⁹ GOMES DA SILVA, Aldenor. A parceria na agricultura irrigada do Baixo Açu, p.24.

numa faixa de 7.000 ha (sete mil hectares) localizada entre os municípios de Açú e Ipanguaçu, na margem direita do rio Açú. Após um período de mais cinco anos, a segunda etapa se iniciaria com 8.000 ha (oito mil hectares) situados na margem esquerda do rio compreendendo os municípios de Açú e Pendências. Quanto à última etapa, esta seria implantada em terras de tabuleiro numa faixa de mais de 7.000 ha (sete mil hectares) em um prazo de seis anos em relação à segunda etapa.⁵⁰

Aldenor Gomes em A Parceria na Agricultura Irrigada do Baixo Açú, menciona que na concepção do ~~órgão~~ DNOCS, o Projeto Baixo Açú se constituía numa 'exceção à regra', tendo em vista que a decisão da construção da barragem foi simultânea à elaboração de um projeto de irrigação e da instalação de um Pólo Pesqueiro.⁵¹

Para Aldenor Gomes ^{da Silva} pesava ainda o fato de que:

É sabido que até então, a atuação do DNOCS na instalação de Perímetros de Irrigação esteve atrelado ao aproveitamento de grandes barragens que haviam sido construídas em épocas bem anteriores, no período conhecido como de 'solução hidráulica', às quais, em geral, não estavam articuladas a programas de irrigação com colonização.⁵²

De qualquer forma, a história do Vale do Açú até a década de 1970, mostrou-se permeada pelo desejo de progresso agrícola. Pela descrição cronológica dos estudos até então realizados, e, dado o contexto político em que se inseria, a obviedade de uma transformação naquela região era certa e irreversível. O Projeto Baixo Açú, com sua super infra-estrutura e sua promessa de transformação, nada mais representava para a região do Vale do Açú senão o produto de um desejo antigo de transformação aliado ao determinismo pelo progresso, onde o Poder Público seria o principal agente motor de um modelo preconizado. Sendo assim, necessário se faz saber o que este Poder Público – que promoveu tal empreendimento – pensava em termos de progresso para aquela região.

⁵⁰ Cf. PRIMEIROS estudos sobre o Baixo Açú foram feitos na década de 1940/1950. Tribuna do Norte, 23 fev. 1979. Não paginado. (Veja anexos mapa 6)

⁵¹ GOMES DA SILVA, Aldenor, *op. cit.*, p.24-25.

⁵² *ibid.*, p.25.

2.2 - O Poder Público e a expectativa de um novo modelo agrícola para o Vale do Açu.

Observadas as descrições estruturais do Projeto Baixo Açu e sendo ele produto de uma macro-política agrária, consubstanciada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970, não é difícil imaginar o quanto o Estado esperava daquele empreendimento. Mesmo antes, em 1971, o Programa Plurianual de Irrigação já havia destacado as probabilidades de produção agrícola acerca do programa de irrigação do Baixo Açu. Segundo os números levantados, as novas culturas – batata inglesa, hortaliças diversas, tomate, trigo, algodão, girassol, citrus e uva – a serem introduzidas e cultivadas por um moderno esquema de irrigação, possibilitariam, em uma área de pouco mais de 12.000 ha (doze mil hectares), uma produção de aproximadamente 145.000 (cento e quarenta e cinco mil) toneladas/ano e um valor estimado de CR\$ 61.660.000 (sessenta e um milhões seiscentos e sessenta mil cruzeiros).⁵³

Foi, no entanto, baseado nos estudos de viabilidade técnico-econômica empreendidos pela SERETE S/A Engenharia, a partir de 1972, que as metas do Governo Federal referentes ao Projeto Baixo Açu tornaram-se de vez conhecidas. Segundo os estudos de viabilidade, o objetivo geral do projeto era: criar novas oportunidades de empregos no meio rural, diminuindo o êxodo rural; assegurar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana dos agricultores envolvidos na irrigação; permitir a introdução de novas técnicas agrícolas, implantando o uso de insumos e defensivos modernos; melhoria da oferta de produtos agrícolas aos principais centros urbanos da região; diminuição das importações de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros e melhoria das relações de troca entre o Nordeste e outras regiões, bem como a implantação de um complexo agroindustrial.⁵⁴

No período que compreende o final da década de 1970, é possível verificar uma ampla divulgação das especificidades socioeconômicas do projeto. Ao passo em que o empreendimento tomava vulto com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, em 1979, a imprensa – sobretudo a oficial⁵⁵ – empenhou-se em trabalhar

⁵³ BRASIL. Minter/GEIDA. Programa Plurianual de Irrigação, p.96-97.

⁵⁴ BRASIL. Minter/DNOCS. Estudo de viabilidade para irrigação do Vale do Baixo Açu, p.1.

⁵⁵ Referimo-nos sobre o periódico estatal A REPÚBLICA, estabelecido em Natal.

com os números relacionados à estrutura e à futura produtividade do programa como um todo. É o que se pode verificar em A República de dezembro de 1978:

Trata-se, evidentemente, de uma das maiores obras de engenharia de todos os tempos, no Nordeste. A barragem, na sua cota máxima de inundação, terá capacidade de acumular 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, garantindo a irrigação de 22 mil hectares, destinados a produção agrícola diversificada⁵⁶.

Em outro exemplo, a pretensão do Poder Público revelava-se como uma promessa de redenção para o Vale do Açu, sobretudo naquele período por estar bastante diminuída a produção agropecuária desde 1975, ano em que o Decreto de desapropriação inibiu financiamentos bem como os preparativos para a produção:

... com a nova fase de construção, quando serão implantados canais de irrigação, todo o volume será duplicado ou mesmo triplicado, o que quer dizer que serão produzidos em média 330.000 toneladas/ano. Na pecuária o Estado poderá contar com uma média de 33 milhões de litros/ano. E no abate de gado, serão cerca de 8.400 cabeças por ano. Todos esses números demonstram uma realidade muito próxima, que elevará não somente a região, mas o Estado, que trará investidores do sul do País.⁵⁷

De fato, comparados os números das respectivas produções nos municípios do Vale no ano de 1975 aos da estimativa governamental, verificar-se-ia um significativo aumento dado que o censo agropecuário daquele ano registrou uma produção de 12.828 (doze mil oitocentos e vinte e oito) toneladas, 5.472.000 (cinco milhões quatrocentos e setenta e dois mil) litros de leite e 6.968 (seis mil novecentos e sessenta e oito) cabeças de gado para abate.⁵⁸ Ainda assim, tais números oficiais não representariam apenas uma ampliação da produção de produtos agrícolas e pecuários, mas proporcionariam também uma expansão e dinamização do comércio de insumos e defensivos, máquinas e implementos agrícolas, introdução de moderna tecnologia de irrigação, dentre outros.

Do ponto de vista social, o Poder Público apoiava-se no fato de que:

⁵⁶ BARRAGEM do Açu, um grande projeto. A República, 09 dez. 1978. Não paginado.

⁵⁷ BARRAGEM do Açu, um projeto vital para o RN. A República, 01 ago. 1978. Não paginado.

⁵⁸ FUNDAÇÃO IBGE. Censos Econômicos 1975, p.373-424. (Valores adquiridos através da somatória da produção de gado, leite, algodão (caroço e arbóreo), arroz, feijão, milho e mandioca em cada um dos oito municípios da micro-região do Vale do Açu em 1975).

O maior paradoxo atualmente verificado no Baixo Açu é o verificado com base na riqueza potencial de suas terras e a pobreza de seu povo, atingido pela baixa renda e por outros sintomas de subdesenvolvimento. Por isso mesmo, o projeto de irrigação terá, simultaneamente, vantagens econômicas e sociais.⁵⁹ (grifo nosso)

Trocadas as palavras por números, o que o Poder Público esperava em termos de benefícios sociais era absorver 2.812 (dois mil oitocentos e doze) irrigantes e 9.420 (nove mil quatrocentos e vinte) assalariados, o que, computadas as famílias, favoreceria diretamente mais de sessenta mil pessoas na maturidade do programa. Ainda assim, a renda anual prevista para cada irrigante poderia atingir em torno de até 50 salários mínimos, elevando substancialmente o poder econômico daquela população, visto que o mesmo número só era atingido por proprietários de mais de 50 hectares.⁶⁰

Afora os meios de produção de culturas irrigadas nos lotes públicos, os habitantes atingidos poderiam contar com as alternativas surgidas com o desenvolvimento do projeto tais como a piscicultura e a ampliação das culturas de vazantes e de sequeiros. No primeiro caso, com a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, o DNOCS previa a possibilidade de uma produção pesqueira de até 2.500 (duas mil e quinhentas) toneladas ao ano, o que geraria uma renda também anual de 30 salários mínimos para mais de 800 famílias.⁶¹ E, no segundo caso, para os técnicos do governo, as águas da barragem permitiriam ainda o cultivo em áreas de 2.000 ha (dois mil hectares) de terras úmidas e em outros 10.000 ha (dez mil hectares) de terras de sequeiro, o que beneficiaria outras 800 famílias. Com isso, os agricultores daquelas áreas seriam reeducados para o cultivo de produtos agrícolas conforme as tendências do mercado, caracterizando a chamada *interiorização do desenvolvimento*.⁶²

De resto, o Projeto Público Baixo Açu possibilitaria uma nova relação de produção, onde trabalhadores rurais explorados como parceiros, meeiros e minifundistas transformar-se-iam em colonos através de um processo de socialização. A posse da terra seria representada através do cooperativismo, do assalariamento e das novas técnicas

⁵⁹ ASPECTO social tem prioridade absoluta no projeto do DNOCS. Tribuna do Norte, 14 out. 1979. Não paginado.

⁶⁰ *ibid.*

⁶¹ *ibid.*

⁶² Cf. VALE ou não vale o vale? a guerra da fome. A República, 09 jun. 1979. Não paginado.

agrícolas, fatores estes que contribuiriam para fixar o homem ao meio rural, reeducando-o para as novas opções de vida que se desenvolveriam com as fases do projeto.⁶³

No entanto, na década de 1980, uma combinação resultante da negligência da gestão pública do empreendimento aliado às pressões de grandes fluxos de capitais alienígenas ao vale, acabaria por destinar os benefícios da superbarragem do Projeto Baixo Açu a um tipo de modelo de produção que não obedeceria aos planos originais do programa divulgado pelo ^{mantido?} Poder Público. Em meados da década, com a instalação de grandes empresas agrícolas, o Projeto Baixo Açu serviria a um tipo de exploração caracterizado pelo monopólio de capitais, terras e tecnologia, o que frustraria de vez os planos de colonização anteriormente previstos pelo Estado.

Contudo, antes de caracterizarmos o novo modelo agroempresarial surgido no Vale do Açu, convém esclarecermos o tipo de conduta que permitiu ao Poder Público o redirecionamento do Projeto Baixo Açu. Ou seja, de quais procedimentos se valeu o Poder Público para transferir os benefícios do projeto para a iniciativa privada sem que se desviasse dos objetivos da modernização agrícola do Vale.

⁶³ Cf. VALE ou não vale o vale? a barragem do século. A República, 10 jun. 1979. Não paginado.

CAPÍTULO 3

* VALE DO AÇU: EXCLUSÃO SOCIAL VERSUS MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.

3.1 - Um processo forçosamente conduzido.

Dizem seus defensores que o Projeto Baixo Açú será espetaculoso, que vai oferecer novas alternativas de desenvolvimento no setor agroindustrial, que vai oferecer melhores oportunidades de trabalho e coisas semelhantes. Mas afinal de contas quem vai se beneficiar com o projeto da barragem? Qual a clientela que ele pretende atingir? Será que o País está investindo recursos para depois mandar buscar gente de fora? E, se isso for verdade, como ficarão os nativos da região? ⁶⁴

Muito embora o Poder Público tenha se amparado em promessas com o intuito de justificar o Projeto Baixo Açú – como vimos no capítulo 2 -, por outro lado, ao longo da implementação do projeto, outras medidas foram tomadas negando não só as promessas sociais, como também inviabilizando qualquer tentativa de participação direta da população atingida no novo esquema de produção que deveria surgir com a inauguração do reservatório Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves.

Sendo assim, desde a divulgação do Projeto Baixo Açú - pelo decreto ^{de} em julho de 1975 – até o surgimento da moderna irrigação promovida por grupos empresariais a partir de 1985, a população foi sendo submetida a procedimentos que os excluía a medida em que o programa ia sendo implementado, quais sejam: a omissão de dados técnicos referentes ao projeto pelo Poder Público, as injustas indenizações aos proprietários de terras, a não indenização aos posseiros sem título de propriedade e também às benfeitorias empreendidas em terras arrendadas, o forçado êxodo face às desapropriações e à paralização das atividades agrícolas, a criação de núcleos inadequados para o assentamento da população rural de São Rafael, o desmantelamento dos meios de sobrevivência dos habitantes da cidade de São Rafael – inundada pelas águas do reservatório -, entre outros.

É interessante notar que as primeiras informações a respeito do Projeto Baixo Açú só foram transmitidas diretamente à população um ano e meio após a sua promulgação em

⁶⁴ INTRANQUILIDADE. Diário de Natal, 29 de dez. 1978. Não paginado.

julho de 1975). Ou seja, somente em janeiro de 1977 informações técnicas foram repassadas à população por ocasião do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, encontro este promovido pela Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social que reuniu, pela primeira vez, população afetada e engenheiros do DNOCS.

De concreto, neste I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, ficou a proposta do DNOCS em torno da colonização e seus benefícios, o que de nada adiantou dado ao fato de que não se acrescentou nenhuma informação além das que já estavam sendo noticiadas pela imprensa. Passados mais dois anos, o problema da falta de informações a respeito do Projeto Baixo Açu não ficou resolvido. Ao contrário, ao que tudo indica, o que havia era uma omissão forçada dos responsáveis pelo projeto implícito no arranjo governamental, como se pode verificar em matéria de O Poti, em 14 de janeiro de 1979:

O silêncio com que o governo, através dos técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, vem mantendo a respeito da construção do Projeto Baixo-Açu, negando todas as informações solicitadas até mesmo por áreas do governo do Estado, está sendo motivo de inquietação para os proprietários rurais do Vale do Açu com faixas de terras situadas na área. (...) Em simpósios realizados os técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas demonstraram total desinteresse sobre os detalhes do projeto – quando provocados a afirmativa era de que ‘não estamos autorizados a falar sobre determinados aspectos do Baixo Açu’.⁶⁵ (grifo nosso)

Ainda no mesmo mês de janeiro de 1979, outro exemplo pode ser verificado quanto à omissão de informações sobre o Projeto Baixo Açu. Em matéria do Diário de Natal sob o título Perguntas que o DNOCS insiste em não responder, são relacionadas diversas dúvidas pelo economista Joacy Pedro de M. Medeiros sobre aspectos básicos do projeto tais como:

Que alternativas foram consideradas para desenvolver a região, além do atual projeto? Quais os critérios para a seleção dos colonos? Por que não foram cadastrados, para efeito de desapropriação, os tratores, máquinas e implementos agrícolas existentes na região já que de nada servirão aos agricultores desalojados de suas terras?⁶⁶

⁶⁵ O SILÊNCIO do DNOCS inquieta as populações do Baixo-Açu. O Poti, 14 de jan. 1979. p.22.

⁶⁶ PERGUNTAS que o DNOCS insiste em não responder. Diário de Natal, 17 de jan. 1979. Não paginado.

Por fim, de modo geral o problema relacionado à omissão dos dados técnicos do projeto pelo Poder Público pode ainda ser resumido, segundo Ana Amélia Fernandes, na forma de que *o conhecimento do projeto pela população se dava de forma bastante compartimentada sem que o DNOCS ou outra instituição federal ou estadual tivesse tido a incumbência de preparar e discutir com a população dos oito municípios.*⁶⁷

As indenizações também se constituíram num dos maiores problemas para a população atingida do Vale do Açu. Sem garantias de participação naquele que deveria ser um empreendimento destinado ao soerguimento das populações do vale, restava aos atingidos, a tentativa de recomeçar a vida com a única garantia que lhes devia prestar o Estado, ou seja, o justo pagamento pelas terras de que dispunham ou pelas benfeitorias empreendidas em terras arrendadas. No entanto, a atitude do Poder Público diante da situação só pode ser encarada como danosa aos interesses da população, isso porque:

*Juridicamente, não poderia ser de outra maneira. O DNOCS pagará as indenizações mediante a comprovação de títulos de propriedades em agências bancárias, expediente que exige antes de tudo documentos firmados em cartório. Aos trabalhadores sem terra nada mais seria oferecido do que uma nova organização fundiária, em que eles, os trabalhadores, teriam de ser aperfeiçoados no trato de culturas agrícolas muito mais exigentes do que a plantação de carnaúbas*⁶⁸

Considerando o processo tradicional em que se deu a subdivisão das terras ao longo do Baixo Açu – ou seja, a fragmentação das terras acontecia, em grande parte dos casos, em função da divisão entre pais e filhos realizado em comum acordo no interior da própria família -, entre os 30% (trinta por cento) de agricultores que tinham propriedades, apenas 10% (dez por cento) possuíam propriedades juridicamente regulamentada e 20% (vinte por cento) eram posseiros.⁶⁹ Sendo assim, aos olhos do DNOCS, as indenizações recaíram apenas aos proprietários com título de posse legal, e, *aqueles que não tinham título de propriedade da terra eram sumariamente expulsos, sem direito a reivindicar indenização sequer pelas benfeitorias realizadas na área ocupada.*⁷⁰

⁶⁷ FERNANDES, Ana Amélia, *op. cit.*, p.58.

⁶⁸ VALE ou não vale o vale? a guerra da fome. A República, 09 de jun. 1979. Não paginado.

⁶⁹ Cf. VARGAS, Nazira Abib de Oliveira, *op. cit.*, p.214.

⁷⁰ VALÊNCIO, Norma Felicidade, *op. cit.*, p.74.

quem materializa esse "Poder Público"?

O forçado êxodo rural entre a população dos municípios atingidos pelo Projeto Baixo Açu também pode ser atribuído, ao que tudo indica, à estratégia de evacuação da área pelo Poder Público para que o processo de instalação de empresas privadas pudesse se efetivar. Esse problema pode ser explicado considerando dois principais motivos: o danoso processo das indenizações - como vimos a pouco - e a paralisação das atividades agrícolas no decorrer dos anos de 1975 a 1979.

Esta paralisação, como causa do êxodo, explica-se em conseqüência da suspensão de financiamentos e créditos agrícolas pelos bancos oficiais a partir da promulgação do Projeto Baixo Açu em 1975. Em 14 de janeiro de 1979, o periódico O Poti publicou a seguinte matéria sobre o assunto:

As dificuldades dos proprietários rurais das faixas que serão inundadas com a construção da barragem ocorre desde 1975, quando em julho saiu o decreto desapropriando o Vale, a partir da suspensão de financiamentos para investimentos nas propriedades e certa restrição para o custeio agrícola medida adotada pelos bancos oficiais⁷¹. (grifos nossos)

Sem crédito rural e sem saber como planejar os investimentos face a possibilidade de ter de abandonar a área, os proprietários rurais deixaram de investir na produção, o que prejudicou não só a si próprios mas também ao resto da força produtiva da região representada pelos assalariados, parceiros, meeiros, etc.⁷² Com a interrupção do processo produtivo, esses últimos - juntamente com os pequenos proprietários expulsos - tiveram que trilhar o caminho inverso do que prometia o Poder Público em torno do Projeto Baixo Açu, ou seja, a migração em busca de novas oportunidades nos pequenos e médios centros urbanos da região como divulgou a matéria do periódico Tribuna do Norte em 25 de julho de 1979:

O processo de esvaziamento do meio rural e inchação das pequenas e médias cidades do Rio Grande do Norte é crescente, segundo indicam os resultados de pesquisa feita pelo IBGE, Secretaria de Planejamento, através do IDEC e DNOCS em treze municípios do interior do Estado, em função do projeto de irrigação do Baixo Açu⁷³ (grifo nosso)

⁷¹ O SILÊNCIO do DNOCS inquieta as populações do Baixo-Açu. O Poti, 14 de jan. 1979. p. 22.

⁷² BONETI, Lindomar Wessler. O silêncio da águas, p.81-82.

⁷³ PESQUISA Indica que êxodo rural aumenta no interior. Tribuna do Norte, 25 de jul. 1979. Não paginado.

Particularizando um exemplo, na mesma matéria o jornal divulgou que, no município de Açú – sede do projeto -, durante a década de 1970, a população total passou de 25.038 (vinte e cinco mil e trinta e oito habitantes) para 32.900 (trinta e dois mil e novecentos habitantes). No entanto, no que toca a população urbana, esta evoluiu de 13.250 (treze mil duzentos e cinquenta) habitantes para 21.500 (vinte e um mil e quinhentos habitantes), enquanto que a população rural decresceu de 11.788 (onze mil setecentos e oitenta e oito) habitantes para 11.400 (onze mil e quatrocentos) habitantes,⁷⁴ o que não deixa dúvida sobre o êxodo ocorrido nos municípios atingidos em consequência, entre outros motivos, da suspensão de financiamentos agrícolas adotada pelo Poder Público à época da implementação do projeto.

Quanto ao assentamento inadequado de parte dos habitantes rurais do município de São Rafael assim como o desmantelamento sócio-econômico dos habitantes urbanos ^{daquela mesma cidade}, o Poder Público também demonstrou descaso e incompetência. Assim sendo, sobre o primeiro caso, Norma F. Valêncio comentou que, sem um plano ordenado de transferência, o Estado acabou criando 13 núcleos de assentamento para os contingentes expropriados, *mas, sem suporte técnico, fincados em solos rasos sobre cascalho, não aráveis e com concentração de sais, não alcançados pela irrigação, a produção, senão a própria sobrevivência, viu-se ameaçada.*⁷⁵

Sobre o segundo caso, tal qual os habitantes rurais “assentados”, a população urbana de São Rafael também sofreu considerável prejuízo devido à forçada transferência para um outro centro urbano em função da completa inundação da cidade. Ocorreu que, mesmo havendo recebido novas residências em um novo centro urbanisticamente planejado e dotado de uma boa infra-estrutura, a população viu-se prejudicada face ao desmantelamento dos antigos meios de sobrevivência.

Assim sendo, com a transferência dos habitantes para a nova São Rafael, os problemas originados foram: o fim da prática da agricultura de vazante e de sequeiro junto ao rio Açú (em função do barramento do rio e a indisponibilidade de terras); o fim da colheita da folha da carnaúba como alternativa de sobrevivência (grande parte da mata de carnaúba ficou submersa pelas águas do reservatório); a impossibilidade de criação de animais na cidade de São Rafael (devido aos lotes padronizados projetados para o novo centro urbano); o encerramento da produção de minérios, sobretudo da sheelita (muitas

⁷⁴ *ibid.*

⁷⁵ VALÊNCIO, Norma Felicidade, *op cit.*, p.74.

jazidas também ficaram submersas); o desaparecimento do mercado de carvão; dentre outros.

É interessante notar que, tanto para os “assentados” do núcleo rural quanto para os habitantes da nova São Rafael, o Estado pouco importava antes da implantação do Projeto Baixo Açu. Como já vimos, o eco-sistema do Vale do Açu por si só possibilitava a sobrevivência traduzida pelas matas de carnaubais, minérios, madeira, água, caça, terras férteis, etc. Com a implantação do projeto, o eco-sistema não apenas se transformou como também se tornou indisponível como fonte de sobrevivência.

Por sua vez, a população passou a depender quase que exclusivamente do Estado, evidenciando uma contradição que pode ser bem comprovado nas palavras de Lindomar Wessler Boneti:

Conclui-se, portanto, que, embora a população de São Rafael e os habitantes do núcleo de assentamento rural recebam ajuda de parentes que residem em outros lugares, é, na verdade, do poder público que depende esse contingente populacional. Quer seja mediante favores políticos, venda de voto, pedido de ajuda, programas de assistência ou empregos conquistados em instituições públicas, é sempre o Estado que paga a sobrevivência dos excluídos do processo de produção, exclusão essa realizada sobretudo pelo próprio Estado⁷⁶.

Por último, sobre o processo de seleção de colonos para o perímetro público de irrigação, a estratégia do Poder Público também não pareceu contribuir para que se cumprissem as expectativas anteriormente divulgadas. Afora a desinformação, o danoso processo das indenizações, o forçado êxodo, etc., os critérios adotados pelo DNOCS para a seleção dos colonos foi, na verdade, um processo de exclusão burocraticamente preparado. Isso porque os técnicos responsáveis pela seleção, ao que tudo faz crer, não só não levaram em consideração o caráter tradicional como também pareciam não levar em conta a conjuntura vivida pela população daquela região, e, sendo assim, o DNOCS daria prioridade, segundo matéria publicada, aos proprietários atingidos pela desapropriação, aos chefes de famílias mais numerosas, aos alfabetizados, aos desocupantes da área expropriada e aos tecnicamente habilitados.⁷⁷

⁷⁶ BONETTI, Lindomar Wessler. *op. cit.*, p.128.

⁷⁷ Cf. BAIXO-AÇU em debate. Tribuna do Norte, 07 de jul. 1979. Não paginado.

Considerando a tradição camponesa de esmagadora parcela da população do vale e a conjuntura enfrentada ao final da década de 1970 face aos problemas anteriormente relacionados, como poderia o Poder Público garantir a implantação de um perímetro público de irrigação? Como poderiam os desapropriados e expropriados esperarem pela implantação da colonização se estavam sendo expulsos da região? Como poderia o DNOCS dar prioridade apenas aos alfabetizados e aos tecnicamente habilitados sabendo-se que tais categorias praticamente inexistiam entre a população? E quanto aos chefes de famílias menos numerosas, o que seria feito em relação a eles?

Como se pôde perceber, os procedimentos com os quais o Poder Público conduziu o processo de implementação do Projeto Baixo Açu, parece, de fato, evidenciar o propósito do Estado em modernizar a agricultura do Vale do Açu através da iniciativa privada. Pelo visto, com a suspensão de financiamentos, a omissão de dados técnicos sobre o projeto, o danoso processo de indenizações, assentamentos inadequados, o forçado êxodo, etc., não seria mesmo de se esperar que o Poder Público fosse implementar qualquer programa de colonização como foi divulgado exaustivamente pelos meios de comunicação.

Por outro lado, com o surgimento e consolidação de um modelo agroempresarial no vale úmido do Baixo Açu, na segunda metade da década de 1980, o Estado cumpriria com as orientações preconizadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. E, nesse sentido, mesmo que para os antigos habitantes do vale essa transformação tenha representado a perda de seu único meio de sobrevivência – no caso o ecossistema – e o desmoronamento de suas condições de vida, aos olhos do Estado a região avançaria com a implantação de modernas técnicas de cultivo em larga escala.

Portanto, após demonstrarmos o *processo forçosamente conduzido* com que se deu a intervenção do Poder Público durante a implementação do Projeto Baixo Açu, restamos, por fim, tratarmos sobre o processo de entrada e consolidação dos grupos empresariais através dos quais a microrregião do Vale do Açu viria a se tornar um importante pólo de frutas tropicais irrigadas.

^

3.2 - O surgimento e a consolidação do modelo agroempresarial privado no Vale do Açu.

Como vimos no tópico anterior, com o não cumprimento das fases seguintes de colonização e instalação do projeto de irrigação – o que fez crescer um forte sentimento de abandono entre a população atingida -, reavivava-se questões como: para quem seria então destinadas às águas do reservatório recém inaugurado? A quem então caberia o progresso agropecuário da região do vale se muitos dos agricultores – pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, etc -, atingidos pelo projeto, sequer foram adequadamente assentados ou contemplados com lotes de terras e nem mesmo tinham recursos para o início de qualquer empreendimento?

É natural o raciocínio de que para a construção de um modelo agroempresarial tal qual seria empreendido no Baixo Açu nos anos seguintes, dependeria, naturalmente, de um grande volume de água disponível o ano todo, consideráveis extensões de terras e abundante capital. Com a garantia de um empreendimento público fornecendo água suficiente, não foi difícil para os que, dispondo de capital, se interessassem pelas terras margeadas junto ao Projeto Baixo Açu. Sendo assim, tudo leva a crer que a especulação de terras foi fundamental para que a implantação de uma zona agroempresarial no Baixo Açu fosse concretizada, ao mesmo tempo em que também foi um empecilho para a implementação do projeto público de irrigação.

A partir de 1983, a disponibilidade de terras naquela que seria a área pública do projeto, permitiu uma penetração de grupos econômicos na intenção de garantir o máximo de espaço que pudessem para seus futuros empreendimentos. Ao que tudo indica, isso foi possível graças à caducidade do decreto de desapropriação 76.046/75 e ao não cumprimento das etapas seguintes de colonização no perímetro de irrigação.

Vimos anteriormente, que o decreto de desapropriação destinaria, por interesse social, uma área de 91.440,84 ha (noventa e um mil quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) à jusante da barragem, destinada à bacia de irrigação, sendo que 22.000 ha (vinte e dois mil hectares) daquele montante destinaria-se ao projeto de irrigação. Com a caducidade do decreto previsto na legislação após um período de dois anos, toda a respectiva área ficou a deriva sem que o Poder Público tivesse qualquer controle de sua posse. É o que se pode comprovar na própria explicação do diretor geral do

DNOCS, Oswaldo Pontes, numa entrevista ao periódico Tribuna do Norte em agosto de 1979:

Ocorre – informa Pontes – que, por insuficiência de recursos orçamentários para proceder a todas as desapropriações, este Departamento esta procedendo apenas àquelas referentes à área de 67.036 hectares. Ademais, é entendimento da Procuradoria Jurídica deste Departamento que o citado decreto 76.046 encontra-se caduco ‘quanto à área de 91.440,84 hectares à jusante da barragem’, já que decorreram dois anos de sua publicação, que é o prazo legal de expropriação por interesse social, aplicável à citada área, uma vez que seria ela no futuro, redistribuída aos colonos assentados pelo DNOCS.⁷⁸

Devido à interrupção da desapropriação por interesse público da área referente aos 91.440,84 ha (noventa e um mil quatrocentos e quarenta e quatro hectares e oitenta e quatro ares) à jusante da barragem, conseqüentemente não houve condições de que as fases seguintes do projeto fossem implementadas pelo Poder Público, o que contribuiu decisivamente para uma forçada comercialização de terras naquela área, ou seja, *as terras à jusante dos açudes são entregues às grandes empresas.*⁷⁹ A esse respeito, Aldenor Gomes da Silva afirmou que:

Ao serem concluídas as obras da barragem, em maio de 1983, e por não de efetivarem as outras etapas do projeto, quais sejam: o assentamento a montante da barragem, da população remanescente da ação desapropriatória e, à jusante, a instalação do projeto de irrigação, desencadeou-se uma correria em direção à região por grandes grupos empresariais nacionais, atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação do Vale.⁸⁰

Com uma grande quantidade de terras alienáveis em função da paralisação das desapropriações e sem a interferência do Poder Público, os grupos empresariais não tiveram dificuldades para forçar os pequenos proprietários a venderem suas terras, pois estes, sem qualquer garantia de serem beneficiados pelo projeto público e arruinados financeiramente face à paralisação da produção,⁸¹ não tiveram outra alternativa.

⁷⁸ DNOCS libera área do Açú para créditos agrícolas. Tribuna do Norte, 18 de ago. 1979. Não paginado.

⁷⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense, p.33.

⁸⁰ GOMES DA SILVA, Aldenor. O emprego parcial na agricultura. Não paginado.

⁸¹ Em decorrência da não liberação de financiamentos e créditos, como vimos anteriormente.

Nos meses de agosto e setembro de 1983, reportagens tais como Latifundiários agem na barragem, DNOCS nega ação dos latifundiários, ou mesmo, Barragem invadida por multinacionais, foram respectivamente divulgadas pelos periódicos Diário de Natal/O Poti e Diário de Pernambuco. No conteúdo dessas reportagens são tratados, entre outros assuntos, as invasões dos grandes proprietários rurais bem como da não execução do programa de irrigação do DNOCS, *totalmente esquecido não apenas porque a desapropriação por interesse social não chegou a termo, mas naturalmente por interesses provenientes de uma intervenção capitalista mais conservadora e atendendo à demanda de grandes grupos empresariais.*⁸²

O resultado da entrada de grandes grupos econômicos no Vale do Açu pode ser notado a partir de 1985, quando houve a instalação de modernas tecnologias de irrigação e o crescimento da utilização de produtos químicos por empresas agrícolas.⁸³ Seria, portanto, o nascimento do terceiro estágio da agricultura de irrigação no Vale do Açu,⁸⁴ e ao mesmo tempo, a consolidação de uma zona de produção *caracterizando-se como um processo de apropriação privada do investimento público.*⁸⁵ Sendo assim:

*A subzona do Açu, a partir da segunda metade dos anos oitenta, passa a se constituir num porto seguro de várias empresas agropecuárias que para ali se dirigem com o intuito de produzir fibras de algodão para provimento da matéria-prima de seus grupos empresariais (de vida efêmera) e, principalmente, para a produção de frutas tropicais...*⁸⁶

Considerando a formação de uma moderna zona de produção de frutas tropicais irrigadas, no trabalho de Lindaura Maria de Santana, buscamos, como exemplo,

⁸² FERNANDES, Ana Amélia, *op. cit.*, p.52.

⁸³ Encontramos os seguintes números sobre o processo de modernização da atividade agrícola no Baixo Açu: no município de Açu, entre 1975 e 1985, a utilização de fertilizantes químicos passou de 19,3% para 77%; a área irrigada e a área trabalhada pulou de 3,3% para 5,5%, e o emprego de defensivos passou de 18,9% para 43,7%; em Ipanguaçu, no mesmo período, o crescimento referente a área irrigada e a área trabalhada foi de 5,4% para 16,5%, e a utilização de defensivos saltou de 10% para 53,4%; por fim, a porcentagem das grandes propriedades que utilizavam fertilizantes químicos saltou de 32,1% em 1975 para 70% em 1985. Cf. BONETI, Lindomar Wessler, *op. cit.*, p.149-150.

⁸⁴ Os três estágios podem ser divididos da seguinte forma: o primeiro, anterior a 1969, era caracterizado pelo uso tradicional das várzeas e vazantes junto ao rio Açu; o segundo, é intermediário entre o decênio de 1969 a 1979, sendo considerado o 'precursor' da moderna agricultura no Vale; e o terceiro estágio, compreender-se-á com a montagem da estrutura do Projeto Baixo Açu a partir de 1979. Cf. GOMES DA SILVA, Aldenor, *op. cit.*, p.16-18.

⁸⁵ *ibid.*, p.19.

⁸⁶ *id.*, O emprego parcial na agricultura. Não paginado.

informações sobre três das várias empresas que se instalaram no Vale do Açu a partir de 1985. A saber, FINOBRASA, FRUNORTE e FAZENDA SÃO JOÃO.

A FINOBRASA estava entre as primeiras empresas agrícolas a praticar o cultivo através de modernas técnicas no Baixo Açu. Instalada em 1985, possuía uma área com pouco mais de 5.000 ha (cinco mil hectares) quando iniciou seu projeto com o cultivo de algodão irrigado por aspersão. No entanto, devido a praga do bicudo, ao final da década teve de abandonar o projeto ficando desativado até que, em 1993, reiniciou com a atividade da produção de frutas tropicais.⁸⁷

No ano de 1986, a FRUNORTE aportou no Vale onde passou a produzir melão através de um moderno sistema semi-computadorizado de tecnologia israelense. Com a técnica de irrigação por gotejamento auto-compensado, a empresa inicialmente produzia em apenas seis hectares dos 53 hectares de que dispunha, abandonando a monocultura somente a partir de 1990, quando passou a produzir manga, uva, acerola e também o palmito.⁸⁸

Por sua vez, a FAZENDA SÃO JOÃO se constituiu como empresa em 1988 e, em 1990, passou a produzir manga e laranja em Ipanguaçu, no Vale do Açu. No início, sua técnica de irrigação era modesta – irrigação artesanal por xique-xique -, modernizando-se a partir de 1992 quando passou a investir elevado capital em técnicas produtivas e pesquisa.⁸⁹

Com tecnologias e esquemas de produção semelhantes, as empresas TAISA (grupo Cianê), SÃO GUILHERME (grupo Giorgi), FAZENDA MUTAMBA, SERIDÓ LTDA, AGROKNOLL LTDA, AGROVALE, TROPIK LTDA, VENEZA LTDA, LEÔNIDAS JÚNIOR e NASA,⁹⁰ também são outros exemplos da penetração do grande capital no Baixo Açu no pós-1985. Juntas, estas empresas – inclusive as anteriormente descritas – totalizariam, em 1990, uma área de 3.451 ha (três mil quatrocentos e cinquenta e um hectares) irrigados produzindo frutas e outros produtos agrícolas, tais como melão, manga, grape fruit, uva, acerola, banana, tomate, cebola, algodão, milho, feijão, laranja e mamão.⁹¹

⁸⁷ SANTANA, Lindaura Maria de. *op. cit.*, p.61.

⁸⁸ *ibid.*, p.65.

⁸⁹ *ibid.*, p.51-52.

⁹⁰ PINHEIRO, Moema de Andrade. As intervenções do Estado no Vale do Baixo Açu no Rio Grande do Norte, p. 85.

⁹¹ *ibid.*, p.85.

Pouco mais de cinco anos após sua consolidação, ao final dos anos de 1980, a moderna zona agroempresarial privada do Baixo Açu iria se caracterizar da seguinte forma, nas palavras de Aldenor Gomes da Silva:

Embora tenha se consolidado apenas no final da década de oitenta, a produção de frutas tropicais nessa região ocupa hoje uma posição destacada na exportação de frutas nacionais para os mercados dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia, além da abertura promissora que se estabelece atualmente com os países do MERCOSUL, com destaque para a Argentina.⁹²

Uma vez instaladas as empresas agrícolas no Baixo Açu – justamente no perímetro destinado ao projeto público de colonização -, não resta, portanto, quaisquer dúvidas sobre quem foi beneficiado pelas águas do maior reservatório público já construído no Nordeste, ou mesmo, a que clientela coube o progresso agrícola desejado pelo Poder Público naquela região. Nesse sentido, Lindomar Wessler Boneti entende que

...se a avaliação em geral é que o Projeto Baixo Açu alcançou plenamente seus objetivos, mesmo que isso tenha sido feito pela iniciativa privada e não por um perímetro público irrigado, significa que o fato de o Estado ter transferido o projeto para a iniciativa privada não foi considerado um desvio de rota. Na verdade, os objetivos foram alcançados, embora não os explícitos.⁹³

De fato, uma vez que o Estado se dispusesse ao incremento da microrregião do Vale do Açu através de uma grande estrutura hidráulica destinada à irrigação, como poderia impedir que os grupos capitalistas ficassem de fora de qualquer que fosse o estágio de produção? Ao contrário, a conduta do Poder Público deixou evidente a implementação de uma modernização agrícola forçada para o Baixo Açu.

Nesse sentido, ao que tudo indica, o Projeto Público Baixo Açu foi o pretexto formal que o Poder Público apresentou à população da região com o intuito de justificar e/ou amenizar os procedimentos de exclusão que conseqüentemente se abateu sobre a mesma a partir de 1975, como novamente concluiu Lindomar Wessler Boneti:

⁹² GOMES DA SILVA, Aldenor. *op. cit.* Não paginado.

⁹³ BONETI, Lindomar Wessler. *op. cit.*, p.156.

Ou seja, o projeto não tinha como objetivo modernizar a agricultura da região por meio de um perímetro público irrigado e sim por intermédio da iniciativa privada. Isso leva a entender, por conseguinte, que as metas previstas anteriormente, de criação de um pólo pesqueiro e de instalação de um perímetro público irrigado, que dariam às obras o caráter de utilidade pública, exerceram na verdade a função de meros instrumentos de viabilização do Projeto, oferecendo ao Estado maior poder de barganha para negociar com a população diretamente atingida.⁹⁴

Com a consolidação do modelo agroempresarial privado no Baixo Açu, ao final da década de 1980, o tradicional modelo de subsistência característico do Vale do Açu, ficou de vez superado. Em seu lugar, como vimos, surgiram novas técnicas de cultivo, a utilização de modernas tecnologias de irrigação e modernos maquinários agrícolas, o emprego generalizado de produtos químicos, a concentração de terras e monopólio de capitais; enfim, o surgimento de um modelo empresarial caracterizado pela produção de mercado, cujas diretrizes são oriundas da macro-política agrária governamental, planejada durante a década de 1970 e consubstanciada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

⁹⁴ *ibid.*, p.156.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ^{verificamos} podemos verificar ao longo dos capítulos apresentados, o Projeto Baixo Açu – fruto de uma macro-política agrária consubstanciada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970 -, embora tenha sido planejado com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura do Vale do Açu através de um programa público de irrigação, não passou de um mecanismo formal de intervenção com o qual o Poder Público pôde manobrar os interesses em jogo.

Como vimos, desde o início da divulgação do projeto, em 1975, até a inauguração de sua primeira e única etapa, ou seja, a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, em 1983, o Poder Público inviabilizou qualquer possibilidade de participação da população direta e indiretamente afetada através de projetos públicos de irrigação.

Ao contrário, como ^{concluiu} comentou Lindomar Wessler Boneti, o Poder Público promoveu a *limpeza da área*⁹⁵ para que os grandes grupos pudessem cumprir os planos de transformação do vale úmido do Baixo Açu em uma moderna zona de produção agrícola através da irrigação. Sendo assim, mesmo que pareça contraditório, o Poder Público cumpriu com as metas estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento quando disponibilizou a infra-estrutura pública do Projeto Baixo Açu aos grupos empresariais que se instalaram a partir da metade da década de 1980.

Ou seja, de acordo com as estratégias do Estado para a agricultura, a partir da instalação das agroindústrias – cuja produção passou a ser feita em larga escala através de modernas técnicas, com a utilização de insumos e defensivos químicos, com o emprego de maquinários agrícolas e modernos equipamentos de irrigação, eficiente armazenamento, processamento de frutos para o mercado, assalariamento de mão-de-obra, etc. – o Vale do Açu se adequou ao tipo de desenvolvimento planejado para a intervenção dos vales úmidos do Nordeste.

Desse modo, se por um lado o Estado do Rio Grande do Norte ganhou força e destaque com o surgimento de uma moderna zona de produção agrícola instalada no Vale do Açu, no pós-1985, por outro lado também testemunhou um prejuízo social traduzido pela negligência e o não cumprimento dos compromissos divulgados pelo próprio Poder Público durante a implementação do Projeto Baixo Açu.

⁹⁵ *ibid.*, p. 80.

Concluimos, portanto, que a transformação agrícola ocorrida no Vale do Açu, cuja trajetória significou uma ^{divisão} ~~divisão~~ de águas em sua história, obedeceu aos ditames do jogo de forças do mercado de capitais, facilitado, como vimos, pelos procedimentos com os quais o Poder Público se valeu com o intuito de promover a limpeza da área e assim possibilitar a instalação de grupos empresariais. Sendo assim, o Poder Público, longe de promover qualquer revolução ou melhoria às populações afetadas através de um suposto projeto público, o que fez foi tão somente adequar uma região de *status* tradicional ao modelo dinâmico representado pela produção de mercado de caráter privado. Quanto aos antigos habitantes do Vale do Açu, a eles só restou o destino da exclusão provocado pelo não cumprimento dos compromissos prometidos pelo Poder Público e a não participação no novo processo produtivo realizado pelas grandes empresas.

FONTES

9 ARANHA, Tereza de Queiroz. **Projeto Baixo Açú: desenvolvimento para quem?**. Natal, 1980. Mimeografado. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

9 ARANHA, Tereza de Queiroz; PONTES, José Osvaldo. **Repercussões do projeto Baixo Açú na economia do RN**. Natal, 1983. Mimeografado. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

ASPECTO Social tem prioridade absoluta no projeto do DNOCS. **Tribuna do Norte**, Natal, 14 out. 1979. Edição documental. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BAIXO AÇU, redenção econômica. **A República**, Natal, 20 jan. 1978. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BAIXO AÇU vai desapropriar três por cento do Estado. **Tribuna do Norte**, Natal, p.8, 16 jan. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BARRAGEM do Açú, um grande projeto. **A República**, Natal, 9 dez. 1978. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BARRAGEM do Açú, um projeto vital para o RN. **A República**, Natal, 01 ago. 1978. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BARRAGEM invadida por multinacionais. **Diário de Pernambuco**, Recife, p.11, 6 set. 1983. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Alguns aspectos sociais relevantes no projeto Baixo Açú**. Fortaleza, 1982. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Estudo de viabilidade para irrigação do Vale do Açú**. Brasília, [196..]. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Projeto de irrigação Baixo Açú**. Brasília, [197..]. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Relatório final**. Brasília, 1976. v.1. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BRASIL. Ministério do Interior. Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA). **Programa plurianual de irrigação: projeto Baixo Açú**. Brasília, [197..]. (Arquivo do Núcleo da Seca - UFRN).

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). **II Plano Nacional de Desenvolvimento: programa de ação do governo para o Nordeste (1975-1979)**. Recife, 1975.

*artigo de jornais
na imprensa
do nordeste
citado*

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). **Ofício circular n. 156 F.** João Pessoa, 31 out. 1939. Assunto: estudos de boqueirões no Rio Piranhas. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). **Ofício circular n. 41 F.** João Pessoa, 26 out. 1939. Assunto: Sistema de açudagem do Baixo Açu. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74.** Brasília: [s. n.], 1971.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975 – 1979).** Brasília: [s. n.], 1975.

CARVALHO, Jair. **Relatório de viagem ao Baixo Açu.** Natal: Núcleo da Seca, 1992. Mimeografado. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu. **Diário de Natal**, Natal, 18 ago. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

DNOCS libera área do Açu para créditos agrícolas. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 ago. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca).

DNOCS nega ação de latifundiários. **O Poti**, Natal, p.3. 18 set. 1983. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

FETARN indica prioridades para reforma. **Tribuna do Norte**, Natal, p.5, 24 jul. 1985. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos econômicos de 1975:** Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, 1979. v.1, t.8.

INDENIZAÇÃO é muito baixa e agricultores acionam o governo. **Tribuna do Norte**, Natal, p.8, 7 jan. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

INTRANQUILIDADE. **Diário de Natal**, Natal, 29 dez. 1978. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

IRRIGAÇÃO: a meta do DNOCS no Vale do Açu. **Diário de Natal**, Natal, 3 mar. 1983. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

LATIFUNDIÁRIOS agem na barragem. **Diário de Natal**, Natal, 17 ago. 1983. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

NELSON insiste na denúncia de escravidão no Vale. **Tribuna do Norte**, Natal, p.3, 19 ago. 1983. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

PERGUNTAS que o DNOCS insiste em não responder. **Diário de Natal**, Natal, 17 jan. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

PESQUISA indica que êxodo rural aumenta no interior. **Tribuna do Norte**, Natal, 25 jul. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

PRIMEIROS estudos sobre o Baixo Açu foram feitos na década de 1940/1950. **Tribuna do Norte**, Natal, 23 fev. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

REIS, Maurício Rangel. **A ação do Ministério do Interior e o desenvolvimento nacional**. Brasília: Ed. Alvorada, 1978. (Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra).

RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de ação do governo**. Natal: Secretaria de Planejamento. Natal, 1976.

O SILÊNCIO do DNOCS inquieta as populações do Baixo Açu. **O Poti**, Natal, p.22, 14 jan. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

O SONHO de Felipe Guerra, Eloy de Souza e Joaquim Ignácio será uma realidade com o projeto Baixo Açu. **Tribuna do Norte**, Natal, 14 out. 1979. Edição documental. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

VALE ou não vale o Vale?: a barragem do século. **A República**, Natal, 10 jun. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

VALE ou não vale o Vale?: a guerra da fome. **A República**, Natal, 9 jun. 1979. (Arquivo do Núcleo da Seca – UFRN).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Cooperativa Cultural e Universitária: UFRN/CCHLA, 1995. (Coleção Humanas Letras).

BONETI, Lindomar Wessler. Das teias do atraso às armadilhas do progresso: o processo de modernização agrícola do Vale do Açu. **Vivência**, v.8, n.1, p.159-174, 1994.

_____. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. Ijuí: Unijui, 1998.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **A carnaúba**. [Mossoró]: Fundação Vingt-Un Rosado. 1998, (Coleção Mossoroense, série c, v.996).

COSTA, Maria Rosimar da. **A população rural de São Rafael e o projeto Baixo Açu**. Natal: PRAEV, 1982. 58p. (Coleção Textos Acadêmicos, 66).

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de. **Atlas escolar do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: GRAFSET, 2001.

FERNANDES, Ana Amélia. **Autoritarismo e resistência no Baixo Açu**. Natal: CCHLA, 1992. 136p. (Humanas Letras e Vale do Açu).

GOMES DA SILVA, Aldenor. **O emprego parcial na agricultura: a pluriatividade no pólo fruticultor do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN/DCS; São Paulo: FEA/USP, 1998. (Programa de Seminários Acadêmicos).

_____. **A parceria na agricultura irrigada do Baixo Açu**. Natal: UFRN/CCHLA, 1992. (Humanas Letras e Vale do Açu).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste: programa nacional de irrigação - PRONI**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1989.

MELO, M. Rodrigues. **Várzeas do Açu: paisagens e costumes do Vale do Açu**. 3.ed. São Paulo: Ibrasa, 1979.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.267-299.

MOURA, Maria da C. de Almeida. Estrutura fundiária: uso e ocupação da terra. In: FUNDAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA. **A**

por que
da SILVA

problemática da seca no RN e o projeto Baixo Açu. Natal, 1987. (Seca: Coleção Especializada, série A, v.3).

PINHEIRO, Moema Andrade. **As intervenções do estado no Vale do Açu no RN.** Natal, 1991. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial do Açu/RN.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do RN: do séc. XVI ao XX.** Natal: Clima, 1994.

VALÊNCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura do semi-árido.** Natal: UFRN, 1995. (Coleção Vale do Açu, 8).

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Myriam G. C. **Geografia agrária do Baixo Açu.** 1983. (Coleção Mossoroense, série B, n.330).

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Beiradeiros do Açu.** Recife: Massangana, 1987.

_____. **História que o povo conta: opressão e sobrevivência.** Recife: FUNDAJ/Massangana, 1987.



Foto: Vander Adriani Pereira

FOTO 2

ANEXOS

RIO GRANDE DO NORTE

MAPA 6



LEGENDA

-  Rios Perenes
-  Rios Temporários
-  Açudes, Barragens e Lagoas
-  Principais Centros Urbanos

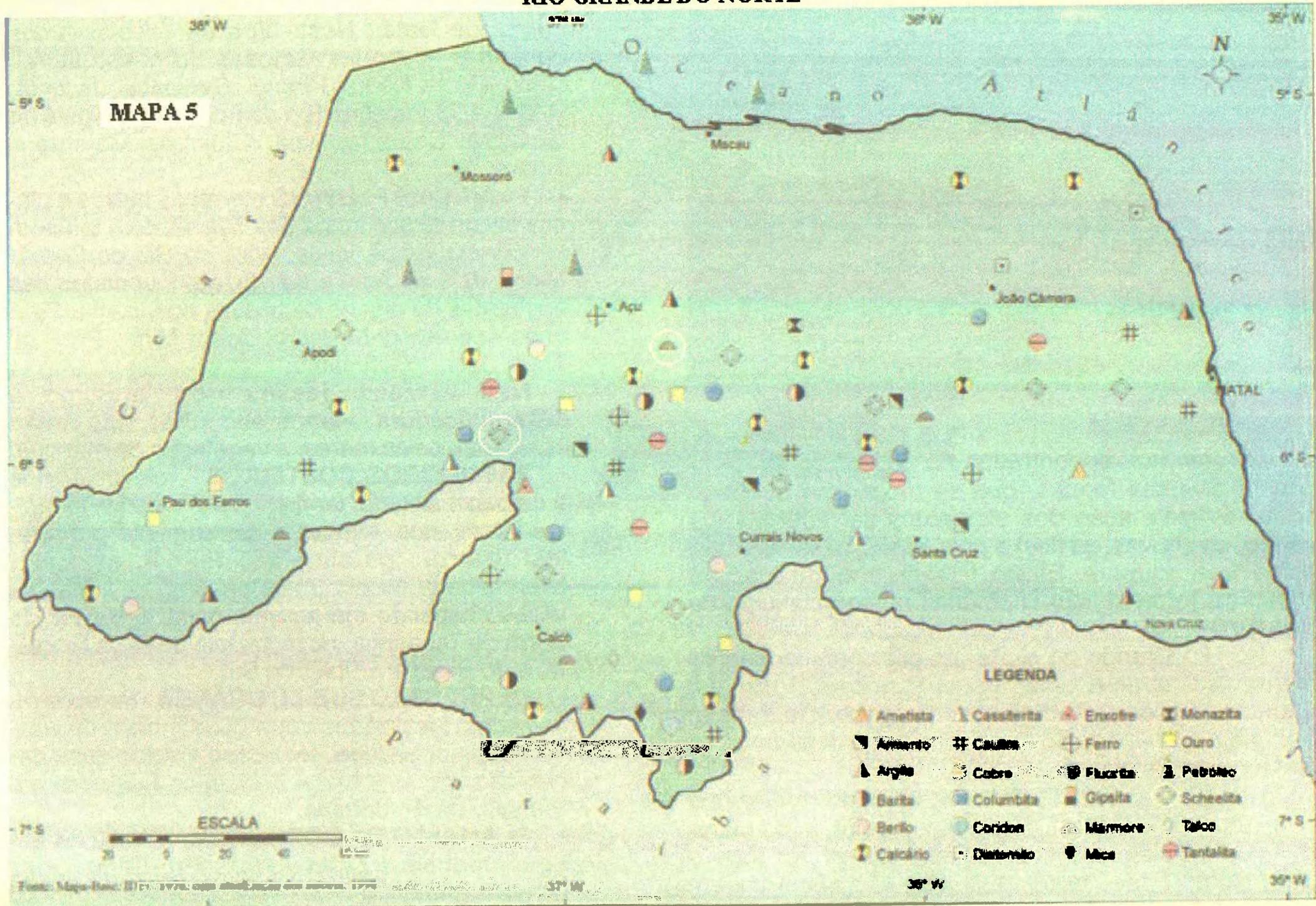


Foto: Vander Adriani Pereira

FOTO 1

RIO GRANDE DO NORTE

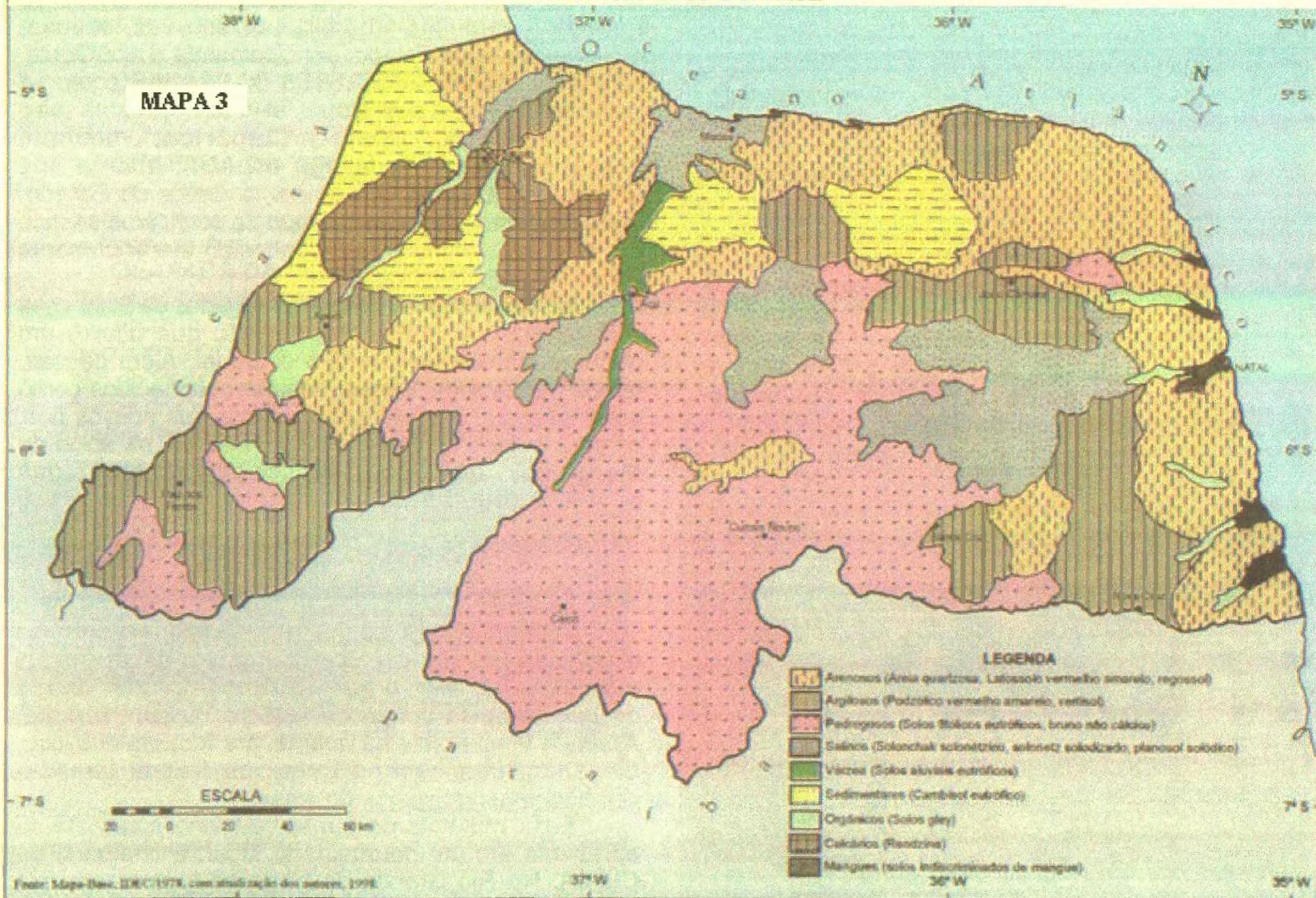
MAPA 5



Fuente: Mapa Base: IBGE, 1978; dados atualizados em novembro, 1979. Escala: 1:250,000

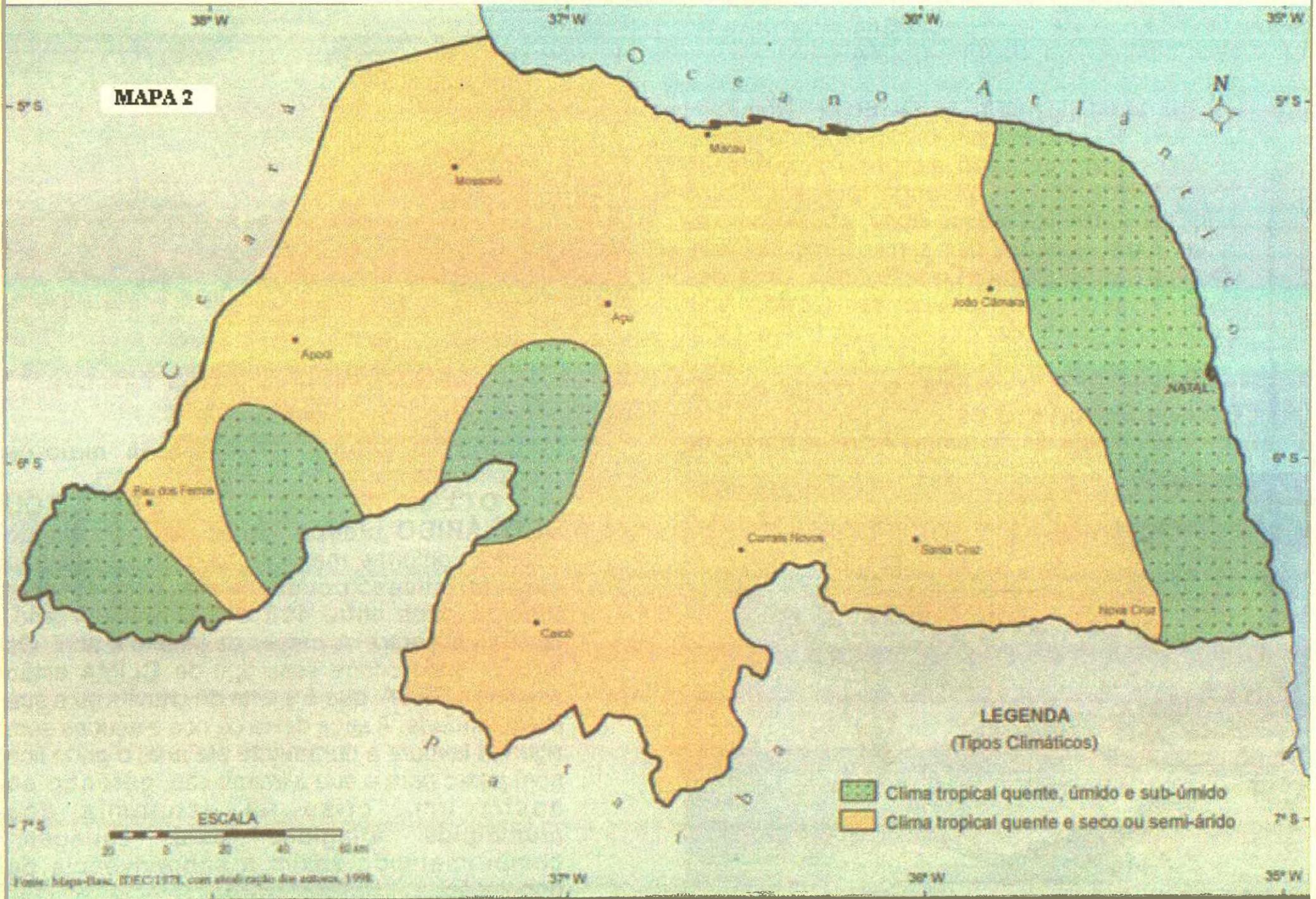
RIO GRANDE DO NORTE

MAPA 3



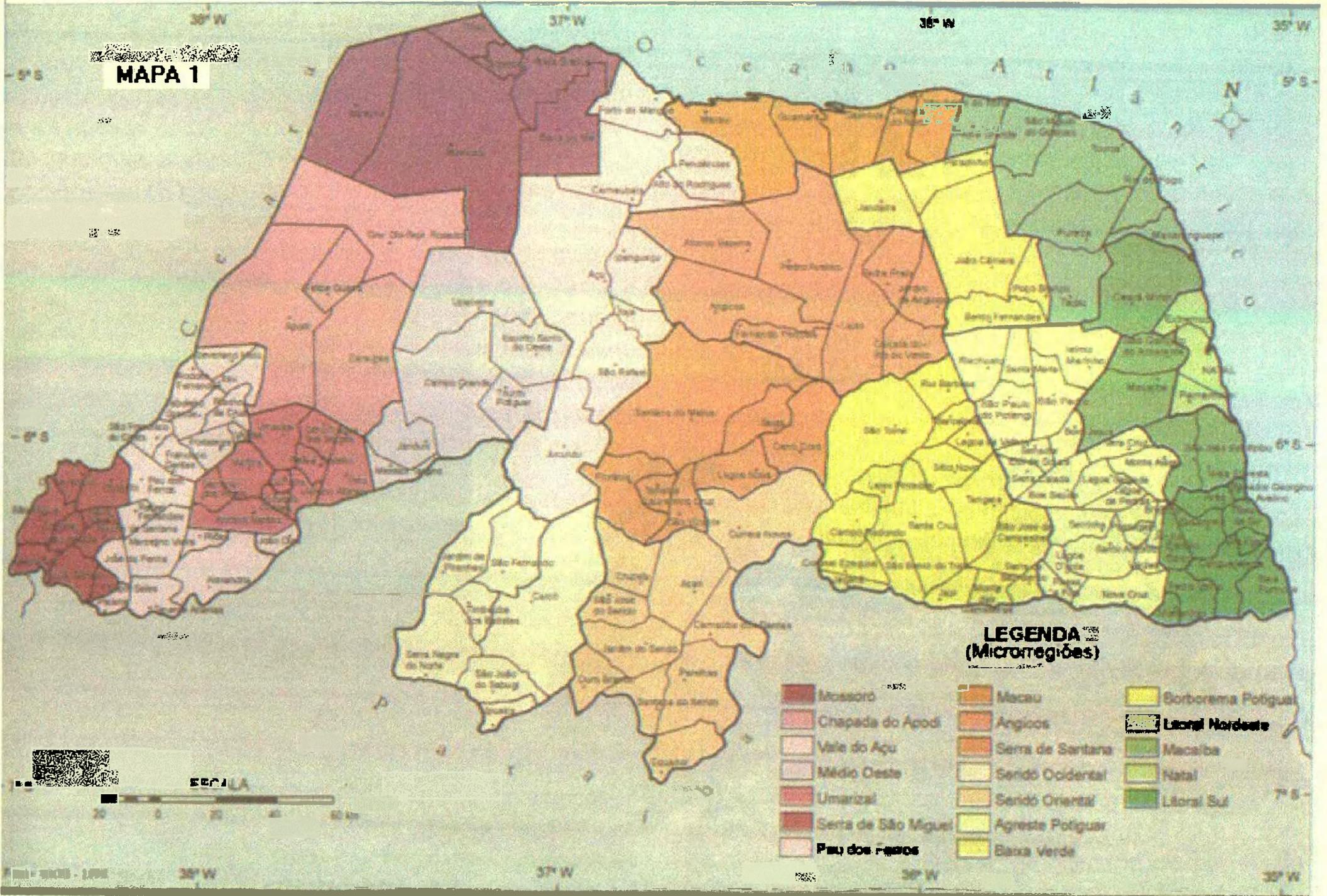
Fonte: Mapa-Diário, IBRAC/1978, com atualização dos autores, 1998.

RIO GRANDE DO NORTE



RIO GRANDE DO NORTE

MAPA 1



LEGENDA (Microrregiões)

- | | | |
|---------------------|------------------|------------------|
| Mossoró | Macau | Sertão Potiguar |
| Chapada do Apodi | Angicos | Litoral Nordeste |
| Vale do Açu | Serra de Santana | Macaíba |
| Médio Oeste | Sertão Ocidental | Natal |
| Umarizal | Sertão Oriental | Litoral Sul |
| Serra de São Miguel | Agreste Potiguar | |
| Pau dos Ferros | Baixa Verde | |

ESCALA

